

Demonstrações financeiras

Equatorial Energia S.A.

31 de dezembro de 2014
com Relatório dos Auditores Independentes

Equatorial Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Demonstrações do valor adicionado.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Equatorial Energia S.A.
São Luís – MA

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Equatorial Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Equatorial Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) .

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Luís (MA), 12 de fevereiro de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6-S-MA



Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC – PE 020.728/O-7-S-MA

Equatorial Energia S.A.

Balances patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.226	21.403	280.098	350.885
Investimentos de curto prazo	6	267.252	604.457	1.683.565	1.262.132
Contas a receber de clientes	7	-	-	1.382.874	1.006.085
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros		-	-	341.602	-
Impostos e contribuições a recuperar	8.1	-	-	109.916	113.849
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	8.2	22.147	17.988	76.192	53.871
Conta de consumo de combustíveis CCC	9	-	-	236.701	94.346
Estoques		-	-	20.912	24.258
Dividendos		45.559	26.490	-	-
Serviços pedidos		-	-	106.304	100.265
Depósitos judiciais	22	139	-	20.037	24.165
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	64.553	4.286
Recuperação de custo de energia e encargos		-	-	-	5.721
Outros créditos a receber	15	1.282	1.325	64.070	41.336
		359.605	671.663	4.386.824	3.081.199
Não circulante					
Contas a receber de clientes	5	-	-	191.871	116.124
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	10	-	-	380.854	-
Impostos e contribuições a recuperar	8.1	-	-	87.059	59.544
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	8.2	-	-	36.238	33.206
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	-	-	31.099
Depósitos judiciais	22	-	-	136.156	139.559
Adiantamento para futuro aumento de capital		306.000	50.000	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	8.860	232
Ativo financeiro da concessão	14	-	-	1.565.973	1.195.743
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	12	-	-	113.255	185.689
Outros créditos a receber	11	565.269	416.147	63.222	72.770
Investimentos	16	1.768.930	1.252.773	77.464	70.894
Imobilizado		297	298	3.341	2.713
Intangível	17	-	-	4.217.519	4.114.727
		2.640.496	1.719.218	6.881.812	6.022.300
Total do ativo		3.000.100	2.390.881	11.268.636	9.103.499

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	18	158	212	1.139.843	674.714
Folha de pagamento e provisão de férias		178	127	54.467	43.278
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	959.855	169.234
Debêntures	20	-	-	10.861	5.974
Impostos e contribuições a recolher	21.1	94	72	250.740	248.686
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	21.2	7.209	11.772	32.160	17.845
Dividendos e JSCP	25	151.565	16.399	176.840	29.890
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	22	-	-	51.728	39.775
Contribuição de iluminação pública		-	-	30.848	32.749
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		-	-	79.569	70.208
Participação nos lucros de empregados	28	4.444	8.039	32.161	34.673
Recuperação judicial – CELPA		-	-	79.631	85.254
Outras contas a pagar	23	36	37	253.911	236.651
		163.684	36.658	3.152.614	1.688.931
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	2.897.754	2.756.344
Debêntures	20	-	-	506.423	294.085
Impostos e contribuições a recolher	21.1	-	-	77.046	333.813
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	50	50	31.614	-
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	22	-	-	546.245	637.524
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		-	-	107.519	80.740
Plano de aposentadoria e pensão	34	-	-	47.768	25.533
Recuperação judicial - CELPA		-	-	256.230	332.620
Outras contas a pagar	23	-	-	199.898	106.262
		50	50	4.670.497	4.566.921
Patrimônio líquido					
Capital social	24.1	1.977.276	1.977.276	1.977.276	1.977.276
Reservas de capital		22.585	14.080	22.585	14.080
Reservas de lucros	24.3	871.843	484.463	871.843	484.463
Outros resultados abrangentes		(13.075)	(2.633)	(13.075)	(2.633)
Ajuste de avaliação patrimonial		(22.262)	(22.262)	(22.262)	(22.262)
Prejuízos acumulados		-	(96.751)	-	(96.751)
		2.836.367	2.354.173	2.836.367	2.354.173
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia					
Participação dos acionistas não controladores		-	-	609.158	493.474
Total do patrimônio líquido		2.836.367	2.354.173	3.445.525	2.847.647
Total do passivo		3.000.101	2.390.881	11.268.636	9.103.499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Equatorial Energia S.A.

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Receita operacional líquida	30	-	862	6.773.453	4.715.036
Custo do serviço de energia elétrica	31	-	-	(5.073.379)	(3.672.894)
Custo da energia elétrica		-	-	(4.443.013)	(3.103.598)
Energia elétrica comprada para revenda	32	-	-	(3.153.827)	(2.253.348)
Custo de construção		-	-	(1.240.914)	(734.565)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	(48.272)	(115.685)
Custo da operação		-	-	(630.366)	(569.296)
Pessoal		-	-	(119.069)	(102.325)
Material		-	-	(21.249)	(12.719)
Serviços de terceiros		-	-	(234.325)	(234.693)
Depreciação e amortização		-	-	(258.932)	(221.127)
Arrendamentos e aluguéis		-	-	(1.483)	(9.277)
Subvenção CCC		-	-	29.000	25.392
Outros		-	-	(24.308)	(14.547)
Lucro operacional bruto		-	862	1.700.074	1.042.142
Despesas com vendas	31	-	-	(266.857)	(248.717)
Despesas administrativas	31	(3.583)	(20.893)	(234.619)	(287.357)
Despesa com pessoal e administradores		(17.991)	(13.704)	(38.220)	(38.256)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis		-	-	(104.592)	(87.355)
Provisão (reversão) de contingências		-	-	(10.357)	(16.736)
Provisão plano de pensão e aposentadoria		-	-	(973)	7.843
Depreciação e amortização		-	-	(35.339)	(29.665)
Amortização do direito de concessão		(1.116)	(4.612)	(1.116)	(4.612)
Resultado da equivalência patrimonial		585.144	45.151	23.806	16.847
Outras despesas/receitas operacionais		(3.230)	(2.950)	(108.966)	(65.569)
Total de receitas (despesas) operacionais		559.224	2.992	(777.233)	(753.577)
Lucro antes do resultado financeiro		559.224	3.854	922.841	288.565
Resultado financeiro	33	82.316	76.556	(270.443)	(219.098)
Receitas financeiras		83.573	87.127	902.123	473.381
Despesas financeiras		(1.257)	(10.571)	(1.113.032)	(692.479)
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		641.540	80.410	711.932	69.467
Imposto de renda e contribuição social		(3.784)	(11.773)	68.630	9.050
Contribuição social		(1.008)	(3.123)	(52.970)	(18.976)
Imposto de renda		(2.776)	(8.650)	(111.967)	(46.492)
Incentivo fiscal SUDENE		-	-	98.507	109.475
Impostos diferidos		-	-	135.060	(34.957)
Lucro líquido do período		637.756	68.637	780.562	78.517
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(142.806)	(9.880)
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora		637.756	68.637	637.756	68.637
Lucro do exercício básico por lote de mil ações - R\$		3,2137	0,3459	3,2137	0,3459
Lucro do exercício diluído por lote de mil ações - R\$		3,1761	0,3459	3,1761	0,3459
Quantidade de ações no final do exercício		198.447	198.447	198.447	198.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Equatorial Energia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro do exercício	637.756	68.637	780.562	78.517
Outros resultados abrangentes	(10.442)	22	(10.858)	35
Resultado abrangente total do exercício	627.314	68.659	769.704	78.552
Lucro do exercício básico por lote de mil ações - R\$	3,1611	0,3459		
Lucro do exercício diluído por lote de mil ações - R\$	3,1278	0,3459		
Quantidade de ações no final do exercício	198.447	198.447		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Equatorial Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	Capital social	Reservas de capital	Legal	Reserva para investimento e expansão	Proposta de distribuição de dividendos adicional						
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	1.742.519	14.080	62.787	369.340	250	(22.262)	-	(2.655)	2.164.059	351.534	2.515.593
Aumento de capital social	234.757	-	-	-	-	-	-	-	234.757	-	234.757
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	22	22	13	35
Dividendos adicionais de 2012 pagos	-	-	-	-	(250)	-	-	-	(250)	(58)	(308)
Ganhos ou perdas com investimentos	-	-	-	-	-	-	(128.990)	-	(128.990)	128.990	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	68.637	-	68.637	9.880	78.517
Dividendos prescritos de controlada	-	-	-	-	-	-	32.239	-	32.239	3.115	35.354
Destinações propostas:											
Reserva legal	-	-	3.432	48.904	-	-	(52.336)	-	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	(16.301)	-	(16.301)	-	(16.301)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.977.276	14.080	66.219	418.244	-	(22.262)	(96.751)	(2.633)	2.354.173	493.474	2.847.647
Ganhos ou perdas com investimentos	-	-	-	-	-	-	2.817	-	2.817	1.433	4.250
Opções outorgadas reconhecidas (Nota 24.2)	-	8.505	-	-	-	-	-	-	8.505	-	8.505
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(10.442)	(10.442)	(416)	(10.858)
Dividendos adicionais	-	-	-	(1.559)	-	-	-	-	(1.559)	-	(1.559)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	637.756	-	637.756	142.806	780.562
Destinações propostas:											
Reserva legal (Nota 24.4)	-	-	31.888	-	-	-	(31.888)	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros (Nota 24.5)	-	-	-	357.051	-	-	(357.051)	-	-	-	-
Dividendos a pagar (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	(95.349)	-	(95.349)	(28.139)	(123.488)
Juros sobre capital próprio (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	(59.534)	-	(59.534)	-	(59.534)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.977.276	22.585	98.107	773.736	-	(22.262)	-	(13.075)	2.836.367	609.158	3.445.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Equatorial Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	637.756	68.637	780.562	78.517
Despesas (receitas) que não afetam o caixa				
Depreciação e amortização	1.116	4.612	295.111	252.508
Plano de aposentadoria e pensão	-	-	-	589
Despesa de juros não pagos	-	-	349.682	261.117
Perdas cambiais de atividades financeiras	-	(9.710)	(67.256)	(6.139)
Atualização financeira do ativo financeiro	-	-	(13.469)	(69.379)
Perda na venda de intangível / Imobilizado	-	-	7.512	103.959
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	-	-	(722.456)	-
Provisão (reversão) de contingências	-	-	41.867	26.110
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	-	-	104.592	85.176
Pagamento com base em ações	8.506	-	8.506	-
Resultado de equivalência de operação continuada.	(585.144)	(45.150)	(23.806)	(16.848)
Rendimentos de Aplicações Financeiras	(31.366)	(49.380)	(114.959)	(97.922)
Ajuste de avaliação patrimonial - IFRS	-	(46)	2.817	11.593
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	-	-	62.713	109.475
Impostos de renda e contribuições sociais correntes	(3.784)	(11.773)	66.430	(100.425)
Dividendos propostos a pagar	-	1	(28.139)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	(10.858)	-
Outros	-	-	1.433	6.544
	<u>27.084</u>	<u>(42.809)</u>	<u>740.282</u>	<u>644.875</u>
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante				
Contas a receber de clientes	-	-	(557.128)	(23.782)
Estoques	-	-	3.346	1.092
Impostos a recuperar	-	(5.884)	(23.582)	10.449
Tributos sobre o lucro	(4.159)	-	(25.353)	(7.766)
Impostos e contribuições diferidos	-	-	-	(146.674)
Recuperação judicial - CELPA	-	-	(82.013)	(619)
Serviços pedidos e outros	-	-	(6.039)	(18.771)
Recuperação de custo de energia e encargos	-	-	5.721	(5.721)
Aquisição CCC	-	-	(142.355)	59.048
Depósitos judiciais	(139)	-	7.531	106.271
Ativo financeiro de concessão	-	-	(323.407)	(150.836)
Dividendos a receber	41.176	68.509	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(256.000)	(50.000)	-	-
Outros créditos a receber	(149.077)	(105.413)	(14.826)	(99.145)
	<u>(368.199)</u>	<u>(92.788)</u>	<u>(1.158.105)</u>	<u>(276.454)</u>
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante				
Fornecedores	(54)	(1.552)	465.129	11.682
Impostos e contribuições a recolher	(3.394)	(223)	(258.129)	(131.154)
Tributos sobre o lucro	(779)	23.517	(77.737)	64.122
Folha de pagamento	50	3	11.189	15.374
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(121.193)	(135.683)
Taxas regulamentares	-	-	-	(112.034)
Programa de eficiênciação	-	-	36.140	21.717
Participação nos lucros	(3.595)	4.277	(2.512)	8.856
Contribuição de iluminação pública	-	-	(1.901)	(13.349)
Plano de aposentadoria e pensão	-	-	22.235	(8.486)
Juros pagos	-	-	(165.992)	(140.294)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	25.622	50.116
Outras contas a pagar	(1)	(37.324)	110.896	(41.914)
	<u>(7.773)</u>	<u>(11.302)</u>	<u>43.747</u>	<u>(411.047)</u>
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	<u>(348.888)</u>	<u>(146.899)</u>	<u>(374.076)</u>	<u>(42.626)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições no ativo intangível	-	-	(366.206)	(224.948)
Aquisição ativo imobilizado	-	-	(757)	(194)
Aquisição no investimento	-	(47.800)	240	(1.300)
Aplicação em fundos de investimento	(32.272)	-	(5.353.609)	-
Resgates Aplicações Financeiras	400.843	249.810	5.047.135	427.889
Recebimento de dividendos	-	-	16.996	18.455
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	<u>368.571</u>	<u>202.010</u>	<u>(656.201)</u>	<u>219.902</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	1.180.917	918.067
Amortização de empréstimos, financiamentos	-	-	(415.351)	(656.901)
Debêntures	-	-	200.000	-
Amortização de debêntures	-	-	-	(160.380)
Dividendos pagos	(17.860)	(33.731)	(6.076)	(60.278)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamento	<u>(17.860)</u>	<u>(33.731)</u>	<u>959.490</u>	<u>40.508</u>
Disponibilidades geradas no exercício	<u>1.823</u>	<u>21.380</u>	<u>(70.787)</u>	<u>217.784</u>
Demonstração da redução nas disponibilidades				
Caixa no início do exercício	21.403	23	350.885	133.101
Caixa no final do exercício	<u>23.226</u>	<u>21.403</u>	<u>280.098</u>	<u>350.885</u>
Aumento nas disponibilidades	<u>1.823</u>	<u>21.380</u>	<u>(70.787)</u>	<u>217.784</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Equatorial Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	-	1.005	8.748.502	6.225.158
Outras despesas/receitas operacionais	(3.230)	(2.951)	(108.967)	(65.569)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	-	-	(104.592)	(87.355)
Provisão (reversão) de processos cíveis fiscais e trabalhistas	-	-	(10.357)	(16.736)
	(3.230)	(1.946)	8.524.586	6.055.498
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(4.443.013)	(3.103.598)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.583)	(20.893)	(624.731)	(647.047)
Despesas comerciais	-	-	(3.826)	(8.080)
	(3.583)	(20.893)	(5.071.570)	(3.758.725)
Valor adicionado (aplicado) bruto	(6.813)	(22.839)	3.453.016	2.296.773
Depreciação e amortização	-	-	(294.271)	(250.792)
Valor adicionado líquido gerado (aplicado) pela Companhia	(6.813)	(22.839)	3.158.745	2.045.981
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	585.144	45.151	23.806	16.847
Amortização do direito de concessão	(1.116)	(4.612)	(1.116)	(4.612)
Receitas financeiras	82.316	76.556	(210.909)	(219.098)
	666.344	117.095	(188.219)	(206.863)
Valor adicionado total a distribuir	659.531	94.256	2.970.527	1.839.118
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	16.879	9.041	218.917	233.954
Benefícios	216	106	52.691	19.056
FGTS	54	24	15.468	5.700
Outros	842	441	(10.981)	(11.115)
	17.991	9.612	276.095	247.595
Tributos				
Federais	3.784	11.866	694.138	549.221
Estaduais	-	-	1.208.377	945.888
Municipais	-	50	3.904	1.902
	3.784	11.916	1.906.419	1.497.011
Remuneração de capitais de terceiros				
Aluguéis	-	-	7.451	15.995
	-	-	7.451	15.995
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	154.884	16.301	154.884	16.301
Lucros retidos	482.872	56.427	482.872	52.336
Participação dos não-controladores no lucro do exercício	-	-	142.806	9.880
	637.756	72.728	780.562	78.517
Valor adicionado	659.531	94.256	2.970.527	1.839.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1 Informações sobre a Companhia

A Equatorial Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial” ou “Controladora”), tem por objetivo a participação em outras sociedades, sempre no setor de energia elétrica, prioritariamente em operações de geração ou distribuição de energia elétrica. A Companhia possui ações negociadas na BM&F BOVESPA sob o ticker “EQTL3” e desde 2008 participa do Novo Mercado. A sede social da Companhia está localizada na Alameda A, Quadra SQS, n.º100, Altos do Calhau - São Luís – MA.

Em 01 de dezembro de 2014, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará decretou com fundamento no que dispõe os artigos 61 e 63 da Lei 11.102/05 e diante da manifestação do administrador Judicial e do Ministério Público decretou por encerrada a recuperação judicial da Companhia, contudo continuam valendo as condições especiais para as dívidas pactuadas quando da recuperação judicial. Essas obrigações encerram-se quando forem integralmente liquidadas.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

2 Entidades controladas e controladas em conjunto

A Equatorial mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>
CEMAR	a.	65,11%
Equatorial Soluções	b.	100,00%
CELPA	c.	96,18%
Geradora de energia do norte	d.	25,00%
Vila Velha	e.	50,00%
Equatorial Telecomunicações	f.	0,04%

- a. Companhia Energética do Maranhão (“CEMAR”):** Sociedade anônima de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica. A área de concessão da CEMAR é o Estado do Maranhão, atendendo, em 31 de dezembro de 2014 a mais de 2,2 milhões de clientes e cobrindo uma área superior a 333 mil Km². O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 060, celebrado entre a Companhia, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a CEMAR, possui vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.
- b. Equatorial Soluções S.A.:** A Equatorial Soluções é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, que tem como atividades principais: a) a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados; b) a prestação de serviços de cobrança de fatura de energia elétrica em nome e por conta de terceiros; e c) a prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros.
- c. Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA):** Sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Belém, no Estado do Pará, que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.248 mil km², atendendo 2,1 milhões de consumidores em 144 municípios. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 182/1998, celebrado entre a ANEEL e a CELPA em 28/7/1998, possui vigência de 30 anos, podendo ser renovado por igual período. Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia possuía Contrato de Concessão de Geração nº 181/1998 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, com vencimento em 28/7/2028, renovável por igual período. Em 15/3/2011 o Ofício nº 331/2011 – SCG/ANEEL extinguiu a concessão das usinas termelétricas terceirizadas, permanecendo como concessão da Companhia as 11 termelétricas próprias.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

2 Entidades controladas e controladas em conjunto--Continuação

- d. **Geradora de Energia do Norte S.A.:** É a sociedade responsável pela implantação e operação das usinas termoeletricas de Tocantinópolis e de Nova Olinda, no município de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão, com capacidade instalada de 330 MW, as quais fornecem energia para o Sistema Interligado Nacional. Em 1º de outubro de 2008, a Equatorial adquiriu 25% das ações representativas do capital social da Companhia. O consórcio que detém o controle da Companhia é composto pela Equatorial Energia S.A. (25%), Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia (25%) e GNP S.A. (50%). A GNP S.A., por sua vez, é composta pela Servtec Investimentos e Participações Ltda. (50%) e Companhia Ligna de Investimentos (50%). O controle da Companhia é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas. Esta controlada em conjunto é consolidada nestas demonstrações financeiras.
- e. **Vila Velha Termoeletricas Ltda.:** Ainda em fase pré-operacional, é a sociedade responsável pela implantação e operação de usinas termoeletricas no Estado do Espírito Santo. A Equatorial Energia detém 50% do seu capital. O controle da Companhia é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas.
- f. **Equatorial Telecomunicações Ltda.:** A Equatorial Telecomunicações é uma sociedade empresária limitada com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, que tem como atividades principais: a) prestação de serviços de telecomunicações; b) serviço telefônico fixo comutado (STFC); c) serviço de comunicação multimídia (SCM); d) provedores de voz sobre protocolo de internet (VOIP); e e) prestações de serviços de informações em telefonia.

As controladas CEMAR, CELPA e Equatorial Soluções, serão doravante mencionadas nas notas explicativas abaixo apenas como "Controladas".

A Geradora de Energia do Norte e a Vila Velha são empresas controladas em conjunto pela Equatorial Energia.

As apresentações das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e outros normativos emitidos pela Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação do investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

A demonstração consolidada do valor adicionado, apesar de não requerida pelas IFRS, é obrigatória para as Companhias abertas no Brasil, sendo facultativa para as demais entidades, a menos que exigida pelo órgão regulador.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2015.

a. Transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e controladas.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

b. Base de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com a aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

b. Base de consolidação--Continuação

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores.

Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações entre companhias, saldos também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia;

As entidades controladas são Companhia Energética do Maranhão, - CEMAR, Equatorial Soluções S.A. e Centrais Elétricas do Pará - CELPA.

• ***Participação em Joint Ventures***

A Companhia mantém participação em *joint venture*, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle de várias atividades da Companhia. A Companhia reconhece sua participação na *joint venture* utilizando a consolidação proporcional à sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas da *joint venture*, linha por linha, nas suas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras da *joint venture* são preparadas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Os ajustes são efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Companhia.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

b. Base de consolidação--Continuação

- ***Participação em Joint Ventures--Continuação***

Ajustes são efetuados nas demonstrações consolidadas da Companhia com o objetivo de eliminar a participação da Companhia nos saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados sobre transações entre a Companhia e sua *joint venture*. Perdas em transações são reconhecidas imediatamente se a perda fornece evidências de redução do valor realizável de ativos. A *joint venture* é proporcionalmente consolidada até a data em que a Companhia deixe de exercer controle conjunto.

Quando ocorrer perda de controle conjunto, e contanto que esta investida não se torne controlada ou coligada, a Companhia passa a mensurar esse investimento a valor justo a partir de então. No momento da perda de controle conjunto, será reconhecida na demonstração do resultado qualquer diferença entre o valor contábil da antiga *joint venture* e o valor justo do investimento, bem como eventuais resultados da venda da *joint venture*. Quando o investimento remanescente mantiver influência significativa, será contabilizado como investimento em uma coligada, conforme descrito anteriormente.

As entidades controladas em conjunto são a Geradora de Energia do Norte S.A. e a Vila Velha Termoelétricas Ltda.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

b. Base de consolidação--Continuação

- ***Transações eliminadas na consolidação***

Saldos e transações entre grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre grupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

c. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

c. Combinação de negócios--Continuação

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidos de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes.

Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

d. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

e. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias tributárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

e. Impostos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

e. *Impostos--Continuação*

Imposto sobre vendas--Continuação

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Impactos da Medida Provisória nº 627

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1 de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Administração decidiu não optar pela aplicação antecipada das disposições da Medida Provisória no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

f. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

g. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia e controladas se tornam parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro.

Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) ativos financeiros disponíveis para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes (consumidores), ativo financeiro de concessão, depósitos judiciais e outras contas a receber.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

g. Instrumentos financeiros--Continuação

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos e swaps de taxa de juros e de câmbio para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, exceto pelos contas a receber de parcelamentos no ativo não circulante e de fornecedores, conforme nota 7.

i. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

j. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência (nota 7).

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização de suas contas a receber (nota 7).

k. Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustado por provisão para perdas, quando necessário, e não excede o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados aos investimentos estão classificados no ativo intangível e valorizados pelo custo médio de aquisição líquidos do ICMS.

l. Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica – OCPC08 (“OCPC08”) que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

O aditamento dos contratos de concessão nos termos tratados nesta orientação representou um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte – Poder Concedente. Esse evento altera, a partir da sua data, as condições contratuais anteriormente existentes e extingue as incertezas em relação à realização/obrigatoriedade desses ativos e passivos.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

I. Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros - Continuação

Desta forma, são condições que diferem do anteriormente apresentado e por isso seus efeitos são aplicados de maneira prospectiva, a partir da assinatura dos respectivos aditivos contratuais. O saldo acumulado até 2014, desses ativos e passivos regulatórios das controladas foi reconhecido em contas de ativo em contrapartida ao resultado do exercício na rubrica de receita operacional de vendas.

m. Ativo Indenizável (Concessão)

Os contratos de concessão de serviços públicos de energia junto a União (poder Concedente – Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela CEMAR e pela CELPA (Concessionárias – Operadoras), onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

m. Ativo Indenizável (Concessão) - Continuação

- a. Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no valor de reposição ("VNR") classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- b. Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o Valor de reposição ("VNR") classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, Nota nº 14.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida)

durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produz efeitos no exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria, prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

n. Ativos intangíveis

- **Contratos de concessão de serviços**

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

- **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao seu valor recuperável.

- **Amortização**

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão das controladas da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

n. Imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

o. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

o. Distribuição de dividendos - Continuação

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações financeiras, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

p. Benefícios a empregados

- **Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações decorrentes das contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios aos empregados durante o período no qual os serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa, ou que esteja disponível a redução em futuros pagamentos. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas ao seu valor presente.

- **Planos de benefício definido**

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida do Grupo quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações do Grupo e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

q. Benefícios a empregados--Continuação

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado. Com relação a planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária.

A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

r. Transações envolvendo pagamento em ações

Funcionários da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais"). Funcionários trabalhando no grupo de desenvolvimento dos negócios são recompensados com direitos de valorização de ações, os quais só podem ser liquidados com caixa ("transações liquidadas com caixa"). Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contraprestação não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados como a diferença entre o valor justo do pagamento em ações e o valor justo de quaisquer bens ou serviços identificáveis recebidos na data do benefício. Esta diferença é então capitalizada ou contabilizada em despesa, conforme a situação.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

s. Transações liquidadas com títulos patrimoniais

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrado em “despesas de pessoal” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele exercício.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “despesas de pessoal” correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e é designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fosse uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com títulos patrimoniais são tratados da mesma forma.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

t. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

u. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

u. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

v. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

w. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2014

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações. Essas incluem o OCPC 08 – Contabilização dos ativos e passivos regulatórios.

Outras alterações se aplicam pela primeira vez em 2014, no entanto não afetam as demonstrações financeiras da Companhia.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir.

OCPC 08 - Contabilização dos ativos e passivos regulatórios

Com a adesão à alteração contratual aprovada pela ANEEL na 13ª reunião pública extraordinária em 25 de novembro de 2014, eliminou-se, a partir do aditamento dos contratos de concessão e permissão e consequente alteração nos procedimentos de revisão tarifária, a natureza contingente, permitindo o reconhecimento do ativo ou do passivo como instrumentos financeiros, ou seja, como valores efetivamente a receber ou a pagar.

Esse é um evento que altera a avaliação quanto à probabilidade de entrada ou saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para a companhia, qualificando-se esses ativos ou passivos para o reconhecimento nas demonstrações contábeis. É, a partir de sua ocorrência, que é assegurado à concessionária o reconhecimento dos saldos remanescentes apurados relativos às diferenças na Parcela A e outros componentes financeiros que ainda não tenham sido recuperados ou devolvidos.

x. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

O IFRS 15 - Receita de contrato com clientes, é resultado de um projeto conjunto entre IASB e FASB para convergência da norma para reconhecimento e divulgação das receitas aplicadas a contrato com clientes. Esta norma traz duas abordagens para reconhecimento de receita que pode ser em um determinado momento ou com o passar do tempo e sua análise está baseada em cinco etapas que devem ser usadas para determinar o valor e o momento em que a receita deve ser reconhecida. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pelo IFRS, porém não permitida no Brasil. A Companhia está avaliando os possíveis impactos da aplicação desta norma e comunicará ao mercado oportunamente.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativo e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, veja nota 35.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação

Amortização do intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Conforme descrito na nota 3 m.

Ativo financeiro de concessão

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está descrito na nota 3l.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda incluía avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério referente a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão descritas na nota 7.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	15	-	37.392	63.026
Equivalentes de caixa	23.211	21.403	242.706	287.859
Total	23.226	21.403	280.098	350.885

Equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentuais que variam de 86,45% a 103% e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e suas controladas, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Estas operações têm vencimentos inferiores a 03 meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor. A natureza das operações está demonstrada abaixo:

Equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CDB	-	-	39.870	74.6210
Debêntures compromissadas	23.211	21.403	202.836	213.249
Total	23.211	21.403	242.706	287.859

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

6 Investimento de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fundos de investimentos (a)	267.252	604.457	1.680.615	1.246.083
Outros	-	-	2.950	16.049
Total	267.252	604.457	1.683.565	1.262.132

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco com instituições financeiras de primeira linha lastreados em Títulos Públicos Federais, de acordo com a política de investimento da Companhia e suas Controladas, classificados como mantidos para negociação.

7 Contas a receber de clientes (Consolidado)

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Contas a receber de consumidores faturados	995.606	794.659
Contas a receber de consumidores não faturados (a)	214.409	157.978
Parcelamentos de débitos	533.966	395.607
Baixa renda e viva luz	68.887	54.870
Outras	124.207	69.010
Total	1.937.075	1.472.124
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(368.718)	(364.510)
Total	1.568.357	1.107.614
Total circulante	1.382.874	1.006.085
Total não circulante	191.871	116.124

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

7 Contas a receber de clientes (Consolidado)--Continuação

(a) Contas a receber de consumidores não faturados

Receitas auferidas através da prestação de serviços aos consumidores, mas ainda não faturados.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (CEMAR e CELPA)

	31/12/2013	Provisões Adições	Reversões (Baixas)	31/12/2014
Contas a receber de consumidores faturados	289.102	206.822	(182.779)	313.145
Parcelamentos	72.454	40.929	(60.764)	52.619
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	197	-	-	197
Serviços prestados a terceiros	528	-	-	528
Total circulante	362.281	247.751	(243.543)	366.489
Cheques em cobrança	2.229	-	-	2.229
Total não circulante	2.229	-	-	2.229
Total	364.510	247.751	(243.543)	368.718

	31/12/2012	Provisões Adições	Reversões (Baixas)	31/12/2013
Contas a receber de consumidores faturados	369.280	125.359	(205.536)	289.103
Parcelamento	102.460	19.929	(49.935)	72.454
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	197	-	-	197
Serviços prestados a terceiros	528	-	-	528
Total circulante	472.465	145.288	(255.471)	362.282
Cheques em cobrança	2.186	42	-	2.228
Total não circulante	2.186	42	-	2.228
Total	474.651	145.330	(255.471)	364.510

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir, resumidos:

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

7 Contas a receber de clientes (Consolidado)--Continuação

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores por classe de consumo, considerado de difícil recebimento. Para os 10 mil maiores clientes, com ou sem débitos parcelados, com faturas na PCLD por classe de consumo, consideram-se todas as suas demais faturas, vencidas e a vencer, na PCLD.

Para os demais casos, aplicamos a regra abaixo:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica estão distribuídos da seguinte forma:

	Consolidado 31/12/2014			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	190.672	187.486	131.246	509.404
Industrial	67.254	18.882	49.248	135.384
Comercial	106.278	48.075	34.067	188.420
Rural	9.862	10.807	19.838	40.507
Poder público	21.063	38.398	4.195	63.656
Iluminação pública	10.032	1.729	1.899	13.660
Serviço público	11.133	28.007	5.435	44.575
Fornecimento faturado (CP e LP)	416.294	333.384	245.928	995.606

	Consolidado 31/12/2013			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	131.632	127.544	170.895	430.071
Industrial	55.166	12.339	42.620	110.125
Comercial	80.641	34.555	28.933	144.129
Rural	8.001	8.211	15.020	31.232
Poder público	15.219	19.440	5.912	40.571
Iluminação pública	7.817	2.300	841	10.958
Serviço público	8.408	14.171	4.994	27.573
Fornecimento faturado (CP e LP)	306.884	218.560	269.215	794.659

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

7 Contas a receber de clientes (Consolidado)--Continuação

Parcelamentos

	Consolidado 31/12/2014			Total
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	239.437	20.703	35.891	296.031
Industrial	22.927	2.056	13.042	38.025
Comercial	44.973	5.979	10.559	61.511
Rural	12.946	1.139	3.122	17.207
Poder público	59.878	2.210	6.638	68.726
Iluminação pública	10.419	216	705	11.340
Serviço público	21.447	1.120	794	23.361
Serviço taxado – Novação	3.724	272	263	4.259
Outros créditos – Novação	2.190	285	586	3.062
Novação	-	2.545	7.899	10.444
Parcelamento	<u>417.941</u>	<u>36.525</u>	<u>79.499</u>	<u>533.966</u>

	Consolidado 31/12/2013			Total
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	111.397	17.426	70.546	199.369
Industrial	21.526	1.871	13.498	36.895
Comercial	26.692	3.525	12.530	42.747
Rural	6.361	1.187	3.585	11.133
Poder público	34.033	5.109	7.498	46.640
Iluminação pública	20.681	859	1.983	23.523
Serviço público	15.876	722	3.685	20.283
Serviço taxado – Novação	212	39	380	631
Outros créditos – Novação	924	149	1.032	2.105
Novação	-	1.407	10.874	12.281
Parcelamento	<u>237.702</u>	<u>32.294</u>	<u>125.611</u>	<u>395.607</u>

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

8 Impostos a recuperar

Os saldos de curto e longo prazo em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

8.1 Impostos e contribuições a recuperar

Circulante	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
PIS/COFINS	519	2.784
ICMS	66.271	64.336
PAEX A recuperar	38.269	39.158
Encargos sociais e outros	2.218	2.223
Outros	2.639	5.348
Total	109.916	113.849
Não circulante		
ICMS	84.304	56.802
FINSOCIAL	2.173	2.160
Outros	582	582
Total	87.059	59.544

8.2 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
IRRF sobre aplicação financeira	3.244	6.087	25.120	18.609
Antecipação de IRPJ/CSLL	16.475	8.573	25.663	20.915
IRPJ/CSLL a restituir	331	2.469	20.711	6.464
IRRF e CSLL retido na fonte	2.097	859	4.698	7.883
	22.147	17.988	76.192	53.871
Não circulante				
IRPJ e CSLL restituir	-	-	36.238	33.206
	-	-	36.238	33.206

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

9 Aquisição de consumo de combustível – conta CCC

A controlada Celpa detém em 31 de dezembro de 2014 crédito junto à Conta de Consumo de Combustível - “CCC” no montante de R\$ 236.701 (R\$ 94.346 em 31 de dezembro de 2013).

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 07 de novembro de 1973, com a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica nos sistemas isolados, especialmente na Região Norte do país. O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da Conta de Consumo de Combustíveis Fosseis - CCC.

O aumento significativo do saldo é oriundo do fundo de repasse de recurso para CCC para a controlada. Em contrapartida, a controlada não vem liquidando as obrigações referentes aos combustíveis a pagar classificadas na conta de fornecedores, por entender que atua como intermediária neste processo de fornecimento de energia nos sistemas isolados.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

10 Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2014		
	Circulante	Não circulante	Total
Parcela A			
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	1.066	1.509	2.575
Proinfa - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	1.438	37	1.475
Rede básica	6.358	13.273	19.631
Compra Energia	223.764	332.441	556.205
ESS-Encargos do Serviço do Sistema	(31.756)	(149.065)	(180.821)
	200.870	198.195	399.065
Itens financeiros			
Garantia Financeira	335	267	602
Sobrecontratação Energia	80.605	182.527	263.132
Exposição financeira 2014	(8.609)	(895)	(9.504)
PIS/CONFINS	61.169	-	61.169
Eletronuclear	17.938	-	17.938
Limite de Continuidade	(1.017)	-	(1.017)
Neutralidade	(11.412)	-	(11.412)
CEPISA Vio Limit Continuidade	1.090	-	1.090
Outros	633	760	1.393
Total	140.732	182.659	323.391
	341.602	380.854	722.456

A Conta de Compensação dos Valores da Parcela A – CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, onde a concessionária contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

10 Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros--Continuação

	31/12/2013	Constituição	Atualização	Amortizações	31/12/2014
Parcela A					
CDE -Conta de Desenvolvimento Energético	-	3.121	117	(662)	2.576
Proinfa - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	-	2.315	91	(931)	1.475
Rede básica	-	22.747	775	(3.890)	19.632
Compra Energia	-	652.781	16.013	(112.589)	556.205
ESS-Encargos do Serviço do Sistema	-	(188.803)	(3.661)	11.643	(180.821)
	-	492.161	13.335	(106.429)	399.067
Itens financeiros					
Garantia Financeira	-	809	-	(207)	602
Sobrecontratação Energia	-	311.502	1.460	(49.831)	263.131
Exposição financeira 2014	-	(14.568)	(260)	5.323	(9.505)
PIS/CONFINS	-	61.169	-	-	61.169
ELETRONUCLEAR	-	29.029	-	(11.091)	17.938
Limite de Continuidade	-	(1.646)	-	629	(1.017)
Neutralidade	-	(5.999)	-	2.293	(3.706)
CEPISA Vio Limit Continuidade	-	(11.379)	-	4.763	(6.616)
Outros	-	1.972	-	(579)	1.393
	-	370.889	1.200	(48.700)	323.389
Total	-	863.050	14.535	(155.129)	722.456

A partir de 2014 com o advento do OCPC08, - Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, que regulamentou o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios oriundos do aditivo contratual assinado com o Poder Concedente conforme nota 2, as controladas Cemar e Celpa passaram a registrar esses direitos e obrigações de acordo com o período de competência e de maneira prospectiva.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Controladora com suas controladas, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 – Divulgações sobre Partes Relacionadas.

Controladora

Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/12/2014			31/12/2013		
			Ativo	Passivo	Resultado / Despesa	Ativo	Passivo	Resultado / Despesa
CEMAR	(a)	Contrato de compartilhamento	-	218	-	-	222	-
		Dividendos	-	-	-	24.449	-	-
CELPA	(b)	Contrato de mútuo	102.089	-	(2.089)	-	-	-
		Cessão de Créditos	466.006	-	(49.859)	416.147	-	17.390
		Derivativos	-	-	-	-	-	3.571
		AFAC	306.000	-	-	-	-	-
EQUATORIAL SOLUÇÕES	(c)	Dividendos	1.866	-	-	1.866	-	-

Consolidado

Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/12/2014			31/12/2013		
			Ativo	Passivo	Resultado / Despesa	Ativo	Passivo	Resultado / Despesa
ELETRÓBRÁS	(d)	Empréstimos	-	(322.283)	-	-	369.285	31.424
		Dividendos	-	-	-	-	13.444	-
FASCEMAR	(e)	Contrato de Dívida Previdência Privada	-	(2.321)	-	-	10.213	1.580
			-	-	-	-	-	2.428
CEMAR	(a)	Contrato de compartilhamento	-	-	-	-	222	-
GERAMAR	(f)	Compra de energia elétrica	-	-	5.036	-	-	3.927

(a) Companhia Energética do Maranhão - CEMAR (“Companhia”), empresa de economia privada de capital aberto, é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica. Os valores entre a controlada CEMAR e a Companhia são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; e de dividendos a receber.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

11 Partes relacionadas--Continuação

- (b) Centrais Elétricas do Para – CELPA, Sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Belém, no Estado do Pará, que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.248 mil km², atendendo 2,1 milhão de consumidores em 144 municípios. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 182/1998, celebrado entre a ANEEL e a CELPA em 28/7/1998, possui vigência de 30 anos, podendo ser renovado por igual período. Os valores com a CELPA são provenientes da aquisição direta ou indireta e negociação dos créditos constantes na recuperação judicial desta controlada, devidos aos seguintes credores: BNDES, Banco Bradesco, Banco Itaú BBA / Unibanco, BIC Banco, Banco Merrill Lynch e Banco Société Générale. O saldo será amortizado em 10 parcelas anuais, fixas e iguais, vencendo-se a primeira parcela no último dia de 30 de setembro de 2034, a última parcela no último dia de 30 de setembro de 2043.

Aporte para Futuro Aumento de Capital assumido pela Companhia de aportar recursos novos no montante de R\$700 Milhões até dezembro de 2014, definido no Plano de Recuperação Judicial e no Plano de Transição da ANEEL. Obrigação plenamente cumprida em 4 de abril de 2014. A expectativa da Companhia é que integralização ocorra no primeiro trimestre de 2015.

- (c) Equatorial Soluções – Sociedade anônima de capital fechado que tem como atividade principal a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados. Os valores com a Equatorial Soluções são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas com a controlada CEMAR, com prazo de duração indeterminado.
- (d) Eletrobrás – Companhia de capital aberto que tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica. A Eletrobrás é acionista da controlada CEMAR. Os valores com a ELETROBRAS são referentes aos dividendos a pagar e a contratos de empréstimos com a controlada CEMAR. Os contratos de empréstimos com a ELETROBRAS são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil.
- (e) FASCEMAR – Fundação de Previdência Complementar que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária. Os valores são provenientes das contribuições da patrocinadora controlada CEMAR com sua Fundação de Previdência Complementar.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

11 Partes relacionadas--Continuação

- (f) GERAMAR – Sociedade responsável pela implantação e operação das usinas termoeletricas de Tocantinópolis e de Nova Olinda, no município de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão. Os valores com a Geradora de Energia do Norte S.A. (“GERAMAR”) são provenientes do contrato de compra de energia elétrica CCEAR Nº 5555/2007 - 29413N - 29414N com vigência até 2024 com a controlada CEMAR, que é pactuado em condições normais de mercado.

Remuneração dos administradores

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria foi fixada em até R\$12.500, conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2014.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

Conselho de Administração

Remuneração fixa: 100%

Diretoria

Remuneração fixa: 20%

Benefícios: 1%

Remuneração variável: 46%

Remuneração baseada em ações: 33%

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria paga pela Companhia no exercício:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	7	7	14
Remuneração Fixa Anual	1.170	2.191	3.361
Salário ou Pró-labore	1.170	2.091	3.261
Benefícios diretos e indiretos	-	100	100
Remuneração variável	-	4.966	4.966
Bônus	-	4.966	4.966
Benefícios pós emprego	-	7	7
Remuneração baseada em ações	-	3.543	3.543
Valor total da remuneração por órgão	1.170	10.707	11.877

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

11 Partes relacionadas--Continuação

Garantias

A Companhia presta garantia como avalista ou fiadora das controladas CEMAR e CELPA, sem ônus, nos contratos de financiamentos abaixo listados:

CEMAR:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	31/12/2014
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Simplificado)	776	100	25/03/2010	15/10/2019	776	470
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Convencional)	24.811	100	17/08/2010	15/04/2020	17.262	11.623
Banco do Brasil - CCB Nº 21/00003-4	90.000	100	19/12/2014	11/04/2018	90.000	90.254
Banco do Brasil - CCB Nº 20/02000-7	150.000	100	19/12/2014	12/06/2018	150.000	150.423
Banco do Brasil - CCB Nº 20/02002-3	40.000	100	19/12/2014	15/06/2018	40.000	40.113
Banco do Brasil - CCB Nº 2100010-7	20.000	100	19/12/2014	03/12/2017	20.000	20.056
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (11.2.0841.1)	193.023	100	11/11/2011	15/11/2021	175.237	100.089
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (12.2.1211.1)	516.488	100	13/12/2012	15/12/2022	449.051	450.214
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	136.076	100	23/11/2005	28/02/2017	136.076	23.910
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2008.2808.3018)	144.939	100	05/02/2009	05/02/2021	144.939	112.496
Caixa Econômica Federal - Contrato Nº 415.866-52/2013 - FINISA	28.626	100	04/10/2013	07/10/2025	20.038	20.979
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	11.519	100	07/11/2011	15/03/2020	7.956	5.898
International Finance Corporation - IFC *	135.056	50	01/02/2008	15/01/2016	135.056	32.837
Total	1.491.314				1.386.391	1.059.362

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

11 Partes relacionadas--Continuação

Garantias

CELPA:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	31/12/2014
Banco Interamericano de Desenvolvimento (R.J)	121.095	100	01/09/2012	31/08/2026	121.095	178.890
Banco Itaú (Capital de Giro CCBI)	200.000	100	25/11/2013	25/11/2015	200.000	232.798
Banco CitiBank (Capital de Giro CCBI)	175.000	100	25/11/2013	25/11/2015	175.000	203.724
Banco CitiBank (Capital de Giro CCBI)	80.000	100	23/07/2014	23/04/2015	80.000	96.561
Banco IBM (Capital de Giro)	11.700	100	22/01/2014	24/07/2017	11.700	9.487
Banco IBM (Capital de Giro)	10.000	100	19/09/2014	19/03/2018	10.000	9.484
Banco Itaú (Notas Promissórias)	200.000	100	17/06/2014	14/12/2014	200.000	-
Banco IBM (Capital de Giro)	22.900	100	30/12/2014	30/06/2018	22.900	22.900
Banco Itaú (3ª emissão Notas Promissórias)	120.000	100	15/12/2014	14/01/2015	120.000	120.685
BNDES (Financiamento)	498.073	100	26/12/2014	15/05/2024	383.400	383.832
Austral Seguradora (Garantia Judicial 2008.34.00.039764-6 - AI ANEEL nº 004/2007)	16.065	100	29/01/2013	29/01/2015	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia Judicial 0021347-94.2009.4.01.3400 - AI ANEEL nº 001/2007)	11.386	100	01/05/2014	01/05/2016	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia Judicial 50941-85.2011.4.01.3400 - AI ANEEL nº 008/2008)	15.710	100	01/05/2014	01/05/2016	NA	NA
Fairfax Brasil Seguros (Seguro Judicial nº. 12901-34-2011-4-01-3400 - AI ANEEL nº 009/2008)	4.075	100	13/06/2013	13/06/2015	NA	NA
Banco Itaú (Fiança Bancária - Beneficiário COMTRAFO - nº. 100414050008500)	2.280	100	20/05/2014	18/02/2015	NA	NA
Banco Itaú (Fiança Bancária - Beneficiário Duke Energy - nº. 100413100157100)	1.454	100	16/10/2013	31/12/2014	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 006/2013 - 48500.002921/2013-25)	122	100	01/10/2014	01/04/2016	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 10/2013 A-5)	361	100	02/10/2014	02/04/2016	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 003/2014 A-3)	31	100	17/10/2014	17/10/2015	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado Terra industrial)	1.825	100	13/12/2013	13/12/2015	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado Município de Marabá)	486	100	01/01/2014	01/01/2016	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado Banco Guanabara S/A)	9.128	100	10/03/2014	10/03/2017	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado PETROS)	36.808	100	10/03/2014	10/03/2017	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado PINE)	33.120	100	09/09/2014	09/09/2015	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado STIUPA)	25.175	100	10/11/2014	09/11/2019	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia de Compra de Energia - Leilão 006/2014 - 20º LEE)	461	100	18/11/2014	18/11/2015	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia de Compra de Energia - Leilão 010/2014 - 14º LEE)	620	100	28/11/2014	28/05/2015	NA	NA
Total	1.597.875				1.324.095	1.258.361

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

12 Sub - rogação CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 07 de julho de 2009, alterada pela Resolução Autorizativa - ANEEL nº 3.405 de 27 de março de 2012 a controlada CELPA foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, referente à implantação do projeto elétrico de interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional – SIN, proporcionando a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

O valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para a sub-rogação é de R\$ 465.198, correspondente a 100% do montante aprovado.

O benefício foi dividido em duas fases distintas. Na 1ª fase, a Companhia tem um valor aprovado de sub-rogação de R\$ 184.660 e, na 2ª fase, um valor aprovado de R\$ 280.538.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009 trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

Até 31 de dezembro de 2014, já foram aplicados pela controlada CELPA, relativos a 1ª e 2ª fase, o total R\$ 211.500 (R\$185.688 em 31 de dezembro de 2013).

Do valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para a sub-rogação já foi repassado à controlada CELPA o total de R\$98.245, ficando um saldo a receber de R\$ 113.255 em 31 de dezembro de 2014.

12.1 Sub - rogação – CCC - rateio benefício

	Consolidado			
	31/12/2013	Transferências para obras	Parcela recebida	31/12/2014
Valores a receber	185.688	(72.433)	-	113.255
Valores a aplicar	279.510	(25.812)	-	253.698
Pendente de recebimento	-	-	98.245	98.245
Total	465.198	(98.245)	98.245	465.198

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

12 Sub - rogação CCC –Continuação

12.1 Sub - rogação – CCC - rateio benefício –Continuação

A CELPA tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Valor		
	Valor Aplicado	Sub-rogado	Valor a receber
LT Tucuruí/Cametá	2.791	9.598	2.791
LT Parada do Bento/Portel	56.287	57.165	56.287
LT Portel/Breves	48.460	32.913	32.913
LT Portel/Bagre	15.487	8.067	8.067
LT Breves/Melgaço	11.909	3.796	3.796
LT Breves/Currálinho	22.121	10.440	10.440
SE Tucuruí – Vila	6.094	6.873	6.094
SE Cametá	8.193	9.000	8.193
SE Portel	11.380	15.525	11.380
SE Breves	17.382	13.876	13.876
SE Bagre	2.922	1.998	1.998
SE Melgaço	2.667	1.998	1.998
SE Currálinho	2.694	1.998	1.998
SE Parada do Bento	10.294	11.413	10.294
Subtotal - 1ª fase	218.681	184.660	170.125
LT Cachoeira do Arari/Anajás	-	12.601	-
LT Ponta de Pedras/Cachoeira do Arari	497	31.332	497
LT Cachoeira do Arari/Salvaterra	-	15.340	-
LT Salvaterra / Soure	-	2.098	-
LT Ponta de Pedras/TAP Muaná	-	10.887	-
LT Tap Muaná/TAP S.S. da Boa Vista	-	12.371	-
LT Chaves/Afuá	-	5.060	-
LT Cachoeira do Arari/Santa Cruz do Arari	-	15.340	-
LT Vila do Conde/Ponta de Pedras (aérea)	-	3.390	-
Travesia subflúvia Baía do Marajó - Vila do Conde/Ponta de Pedras	29.434	41.530	29.434
LT Cachoeira do Arari/Chaves	-	29.691	-
LT Tap Muaná/Muaná	-	2.474	-
LT Tap S.S. da Boa Vista/Breves	-	8.660	-
LT TAP S.S. da Boa Vista/S. S. da Boa Vista	-	21.278	-
SE Anajás	-	2.448	-
SE Afuá	-	2.648	-
SE Chaves	-	2.494	-
SE Cachoeira do Arari	-	12.820	-
SE Santa Cruz do Arari	-	2.644	-
SE Salvaterra	-	11.656	-
SE Soure	-	6.526	-
SE Ponta de Pedras	6.119	12.970	6.119
SE Muaná	-	6.141	-
SE São Sebastião da Boa Vista	-	6.107	-
SE Vila do Conde	5.325	530	5.325
SE Breves	-	1.502	-
Subtotal - 2ª fase	41.375	280.538	41.375
Parcelas Recebidas	-	-	(98.245)
Total	260.056	465.198	113.255

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

13 Impostos de renda e contribuição social diferidos

As controladas reconheceram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

a. Composição dos créditos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
IRPJ prejuízos fiscais (*)	132.544	167.603
IRPJ e CSLL diferenças temporárias (i)	(88.761)	(29.192)
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	(107.413)	(128.691)
IRPJ e CSLL aquisição CELPA (ii)	57.874	58.784
Provisão para realização	(25.858)	(37.405)
Total não circulante	(31.614)	31.099

No ano de 2013 os valores líquidos referentes aos créditos fiscais diferidos resultaram em um ativo. No exercício 2014, os valores líquidos resultaram em um passivo.

i. Composição IRPJ e CSLL diferenças temporárias

	31/12/2014	31/12/2013
Contingências	81.883	111.213
PCLD	131.593	129.752
Tributos com exigibilidade suspensa	132	132
Ativos/Passivos Regulatórios	19.042	21.398
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	(59.976)	(62.975)
Depreciação acelerada (a)	(284.805)	(240.783)
Provisões e baixas de ativo/passivos regulatórios	12.551	8.682
Outras despesas não dedutíveis	10.819	3.389
	(88.761)	(29.192)

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

13 Impostos de renda e contribuição social diferidos--Continuação

a. Composição dos créditos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

ii. Composição do IRPJ e CSLL aquisição CELPA

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Intangível - Mais valia concessão	(43.754)	(47.230)
Baixa de ativo Imobilizado	41.254	44.531
Contingências Possíveis	51.224	52.333
Outras contas a pagar - PLPT	9.150	9.150
	<u>57.874</u>	<u>58.784</u>

b. Expectativa de recuperação

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração da controlada estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2019, conforme demonstrado abaixo:

<u>Expectativa de realização</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>Total</u>
Impostos diferidos	30.523	31.355	31.641	19.031	19.994	132.544

A CEMAR realizou R\$3.893 de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, pois tem optado pela realização dos benefícios de depreciação acelerada até 2018, incentivo tecnológico e benefício SUDENE até 2021.

Em 31 de dezembro de 2014 a Cemar optou pela quitação antecipada dos débitos parcelados no REFIS e compensou R\$34.520 com prejuízos fiscais, considerando o Art. 33 da Medida Provisória nº 651/2014 e portaria PGFN/RFB nº 15/2014.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, é revisado anualmente, foi elaborado pela Companhia, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2015.

c. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é demonstrada como segue:

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

13 Impostos de renda e contribuição social diferidos--Continuação

c. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social—Continuação

	31/12/2014		31/12/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)	711.932	711.932	69.467	69.467
Aliquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	177.983	64.074	17.367	6.252
Adições :				
Provisão para contingências	65.478	23.572	84.924	29.838
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	45.058	16.221	91.710	32.223
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética P&D	11.118	4.003	9.153	3.216
Ativos e passivos regulatórios	-	-	26.673	9.372
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	42.132	15.167	28.048	9.855
Provisão para suprimento de energia	2.830	1.019	-	-
Provisão para recuperação de ativos	3.704	1.333	-	-
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	6.945	2.500	-	-
Efeito de IR/CSLL s/ Equivalência Patrimonial	14.216	5.118	-	-
SWAP	52.857	19.028	-	-
Outras provisões	60.594	21.828	39.110	13.742
	304.932	109.789	279.618	98.246
Exclusões:				
Reversões de provisões, reposicionamento tarifário diferido e ativos regulatórios	(99.385)	(35.778)	(122.095)	(42.898)
Reversões de provisão de crédito para liquidação duvidosa	(17.912)	(6.448)	(15.256)	(5.360)
Reversões de contingências	(17.887)	(6.439)	(3.164)	(1.112)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	(9.095)	(3.274)	-	-
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	(39.836)	(14.341)	(21.598)	(7.588)
Tributos com exigibilidade suspensa (depósitos judiciais)	(161)	(58)	-	-
Provisão para suprimento de energia	(5.125)	(1.846)	-	-
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	(6.673)	(2.402)	-	-
Provisão para recuperação de ativos	(3.304)	(1.189)	-	-
Efeito de IR/CSLL s/ Equivalência Patrimonial	-	-	(4.239)	(1.489)
Depreciação acelerada	(41.692)	-	(54.405)	(19.115)
SWAP	(55.014)	(19.805)	-	-
Outras provisões	(57.684)	(20.094)	(28.913)	(7.960)
	(353.768)	(111.674)	(249.670)	(85.522)
IRPJ e CSLL	129.147	62.189	47.315	18.976
Incentivo PAT	(1.590)	-	(823)	-
Compensação/Constituição Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	(3.863)	-	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	(706)	-	-	-
Efeito de IRPJ/CSLL sobre JCP	(14.884)	(5.357)	-	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	111.967	52.970	46.492	18.976
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	15,73%	7,44%	66,93%	27,32%
Ativo fiscal diferido	39.045	(953)	(30.649)	(10.768)
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL constituídos	(23.481)	(138.123)	-	-
Provisão para realização	(10.167)	(1.380)	-	-
(+) IRPJ Subvenção governamental	(98.507)	-	(33.101)	-
Total	18.857	(87.486)	(17.258)	8.208
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	2,65%	-12,29%	-24,84%	11,82%

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

13 Impostos de renda e contribuição social diferidos--Continuação

c. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social--Continuação

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016. Em 28 de março de 2012 foi emitido novo Laudo Constitutivo nº 0037/2012, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021.

14 Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

Refere-se à parcela dos investimentos realizados pelas controladas CEMAR e CELPA e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outros ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é a taxa de 11,36% remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

	31/12/2013	Reclassificação (a)	Atualização do ativo financeiro (b)	Capitalização	Baixas	31/12/2014
Ativo financeiro	1.776.873	33.554	38.431	533.099	(200)	2.381.757
Obrigações especiais	(581.130)	-	(24.962)	(209.692)	-	(815.784)
Ativo financeiro	1.195.743	33.554	13.469	323.407	(200)	1.565.973

	31/12/2012	Reclassificação (a)	VNR (b)	Capitalização	Baixas	31/12/2013
Ativo financeiro	1.418.873	(59.971)	50.262	386.771	(19.062)	1.776.873
Obrigações especiais	(365.928)	-	19.117	(235.935)	1.616	(581.130)
Ativo financeiro	1.052.945	(59.971)	69.379	150.836	(17.446)	1.195.743

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

14 Ativo financeiro da concessão (Consolidado)--Continuação

A concessão das controladas CEMAR e CELPA não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

(a) Valor novo de reposição

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

(b) Obrigações especiais

Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

As obrigações especiais são calculadas com base na participação da fonte de recurso, a saber:

- Os recursos da União são calculados pelo percentual estabelecido no contrato; e
- Os demais recursos se enquadram na resolução 414/2010 da Aneel.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

15 Outros créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				
Valores a recuperar de empregados	-	-	2.056	2.036
Adiantamento a fornecedores	-	-	8.086	10.656
Alienação de bens e direitos	-	-	3.719	4.440
Crédito ressarcimento de energia	-	-	9.987	-
Créditos em conta de energia elétrica	-	-	5.165	4.062
Despesas pagas antecipadamente	-	-	5.222	7.286
Outros créditos a receber (a)	1.281	1.045	29.835	12.856
Total	1.281	1.045	64.070	41.336

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Não circulante				
Valores a liberar (b)	-	-	16.140	35.026
Caução em garantia	-	-	44.822	37.413
Cessão de crédito – Celpa (c)	565.269	416.147	-	-
Outros créditos a receber	-	-	2.260	331
Total	565.269	416.147	63.222	72.770

- (a) Dos valores de outras contas a receber a cuja maior parte é referente à CELPA que possui R\$ 27.595, tem-se como principal composição R\$17.281 referente a financiamento do padrão de entrada, oferecido aos consumidores localizados em áreas de baixa renda em que foram realizadas ações de regularização de consumo não registrado, R\$ 6.011 de uso mutuo de poste, que é o compartilhamento da infraestrutura da distribuição de energia elétrica, e R\$ 4.303 refere-se a outras contas a receber.
- (b) Valores que a CELPA tem a receber referente ao saldo de bloqueios judiciais consequentes, sobretudo, de demandas de credores financeiros sobre recebíveis e demais garantias referente aos contratos de financiamento repactuados através do Plano de Recuperação Judicial, destacando-se o Banco Daycoval (R\$16.140).
- (c) Valores a receber da CELPA, provenientes da aquisição direta ou indireta e negociação dos créditos constantes na recuperação judicial desta controlada. O saldo será amortizado em 10 parcelas anuais, fixas e iguais, vencendo-se a primeira parcela no último dia de 30 de setembro de 2034, a última parcela no último dia de 30 de setembro de 2043. A dívida possui diferentes taxas de atualização, sendo R\$172.930 atualizado a 1,50%a.a., R\$285.337 a 8,5% a.a., R\$7.739 a 1%a.a. e R\$99.263 a 1,75% a.a.,.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas e controladas em conjunto seguem abaixo:

		Controladas		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Avaliados por equivalência patrimonial:					
CEMAR	65,11%	1.282.696	1.106.395	-	-
CELPA	96,18%	391.262	68.169	-	-
Geradora de Energia do Norte	25,00%	66.879	59.688	66.879	59.688
Vila Velha	50,00%	3.300	3.300	3.300	3.300
Equatorial Soluções	100,00%	24.793	15.221	-	-
Subtotal		1.768.930	1.252.773	70.179	62.988
Outros investimentos		-	-	7.285	7.906
Total		1.768.930	1.252.773	77.464	70.894

Movimentação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto:

	CEMAR	CELPA	Geramar	Equatorial Soluções	Vila Velha	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.106.395	68.169	59.688	15.221	3.300	1.252.773
Dividendos adicionais	(107)	-	(16.772)	-	-	(16.879)
Dividendos mínimos	(40.484)	-	-	(2.982)	-	(43.366)
Resultado da equivalência patrimonial	217.908	330.959	23.723	12.554	-	585.144
Amortização do direito de concessão	(1.116)	-	-	-	-	(1.116)
Ajuste PPA Celpa	-	2.574	-	-	-	2.574
Outros resultados abrangentes	-	(10.442)	-	-	-	(10.442)
Ganho (perda) no investimento	-	-	240	-	-	240
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.282.696	391.262	66.879	24.793	3.300	1.768.930

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Investimentos--Continuação

	CEMAR	CELPA	Geramar	Equatorial Soluções	Vila Velha	Total
Saldo em 31 de dezembro 2012	1.010.272	223.135	57.147	8.625	2.000	1.301.179
Aporte de capital	-	44.000	-	2.500	1.300	47.800
Dividendos adicionais	(95)	-	-	-	-	(95)
Dividendos mínimos	(24.339)	-	(14.306)	(1.276)	-	(39.921)
Resultado da equivalência patrimonial	125.169	(102.237)	16.847	5.372	-	45.151
Amortização do direito de concessão	(4.612)	-	-	-	-	(4.612)
Outros resultados abrangentes	-	22	-	-	-	22
Ajuste PPA Celpa	-	3.344	-	-	-	3.344
Baixa dividendos prescritos	-	28.895	-	-	-	28.895
Perda no investimento	-	(128.990)	-	-	-	(128.990)
Saldo em 31 de dezembro 2013	<u>1.106.395</u>	<u>68.169</u>	<u>59.688</u>	<u>15.221</u>	<u>3.300</u>	<u>1.252.773</u>

17 Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	31/12/2014			Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	
Em serviço	4,11%	7.816.279	(3.035.716)	(1.621.284)	3.159.279
Em curso		1.125.332	-	(604.380)	520.952
Contrato de concessão		628.115	(90.827)	-	537.288
Total		<u>9.569.726</u>	<u>(3.126.543)</u>	<u>(2.225.664)</u>	<u>4.217.519</u>

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	31/12/2013			Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	
Em serviço	3,54%	7.170.853	(2.775.767)	(1.703.536)	2.691.550
Em curso		1.261.873	-	(378.407)	883.466
Contrato de concessão		628.115	(88.404)	-	539.711
Total		<u>9.060.841</u>	<u>(2.864.171)</u>	<u>(2.081.943)</u>	<u>4.114.727</u>

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão das controladas CEMAR e CELPA amortizáveis até agosto de 2030 e julho de 2028, respectivamente, conforme ICPC01 e pelo contrato de concessão.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

17 Intangível (Consolidado)--Continuação

	31/12/2013	Reclassificação	Adições	Baixas	Capitalização (ii)	31/12/2014
Em Serviço	7.166.897	(33.554)	110	(151.658)	830.533	7.812.328
(-) Amortização	(2.771.811)	-	(393.779)	133.826	-	(3.031.764)
Total em serviço	4.395.086	(33.554)	(393.669)	(17.832)	830.533	4.780.564
Em curso	1.261.873	-	1.255.013	(27.922)	(1.363.632)	1.125.332
Total	1.261.873	-	1.255.013	(27.922)	(1.363.632)	1.125.332
Obrigações especiais (i)	(2.504.286)	-	(493.076)	49.325	209.692	(2.738.345)
(-) Amortização	422.343	-	101.202	(10.866)	-	512.679
Total em obrigações especiais	(2.081.943)	-	(391.874)	38.459	209.692	(2.225.666)
Direito de Concessão	628.115	-	-	-	-	628.115
(-) Amortização	(88.404)	-	(2.422)	-	-	(90.826)
Total de direito de concessão	539.711	-	(2.422)	-	-	537.289
Total	4.114.727	(33.554)	467.048	(7.295)	(323.407)	4.217.519

	31/12/2012	Reclassificação	Adições	Baixas	Capitalização (ii)	31/12/2013
Em Serviço	6.642.522	59.971	-	(163.417)	627.821	7.166.897
(-) Amortização	(2.497.801)	-	(352.293)	78.283	-	(2.771.811)
Total em serviço	4.144.721	59.971	(352.293)	(85.134)	627.821	4.395.086
Em curso	1.554.662	-	721.804	-	(1.014.593)	1.261.873
Total	1.554.662	-	721.804	-	(1.014.593)	1.261.873
Obrigações especiais (i)	(2.420.212)	-	(341.083)	21.075	235.934	(2.504.286)
(-) Amortização	319.185	-	104.537	(1.379)	-	422.343
Total em obrigações especiais	(2.101.027)	-	(236.546)	19.696	235.934	(2.081.943)
Direito de Concessão	628.115	-	-	-	-	(2.081.943)
(-) Amortização	(83.792)	-	(4.612)	-	-	628.115
Total de direito de concessão	544.323	-	(4.612)	(65.438)	-	(88.404)
Total	4.142.679	59.971	128.353	(65.438)	(150.838)	4.114.727

- i. Obrigações Especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.
- ii. Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Suprimento de energia elétrica	-	-	610.081	293.494
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	19.493	15.288
Aquisição de combustível	-	-	174.377	94.346
Materiais e serviços	-	-	311.007	228.094
Energia Livre	-	-	-	245
Outros	158	212	24.885	43.247
Total	158	212	1.139.843	674.714

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

19 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

	Custo médio da dívida (% a.a.)	31/12/2014		Total
		Circulante	Não circulante	Principal e encargos
		Principal e encargos	Principal e encargos	
Moeda Estrangeira:				
Crédito RJ (a)	5,28%	-	178.890	178.890
Tesouro Nacional	5,55%	2.391	58.585	60.976
CCBI ITAÚ (b)	3,10%	233.516	-	233.516
CCBI CITIBANK (b)	4,78%	204.244	-	204.244
CCBI CITIBANK (b)	2,37%	96.561	-	96.561
OPERAÇÃO ITAÚ 4131	3,00%	632	108.129	108.761
OPERAÇÃO SANTANDER 4131	3,00%	683	107.975	108.658
Subtotal		538.027	453.579	991.606
(-) Custo de transação		(1.657)	(700)	(2.357)
Total Moeda Estrangeira		536.370	452.879	989.249
MOEDA NACIONAL				
Eletróbrás	6,89%	8.054	59.249	67.303
FINAME	9,35%	834	272	1.106
Leasing	13,56%	28	-	28
GIRO IBM	10,62%	4.194	5.293	9.487
Crédito RJ a)	5,54%	-	866.877	866.877
GIRO NPS ITAÚ	11,58%	120.685	-	120.685
GIRO IBM	11,75%	3.060	6.424	9.484
GUANABARA	12,12%	2.052	5.747	7.799
IBM	10,73%	6.572	16.328	22.900
BNDES	7,53%	33.243	350.590	383.833
BANCO DO BRASIL	11,00%	2.193	309.269	311.462
BNB	9,00%	36.466	99.939	136.405
BNDES	7,00%	99.191	451.112	550.303
CAIXA	6,00%	351	20.629	20.980
ELETROBRÁS	7,00%	84.765	239.692	324.457
FINEP	4,00%	1.132	4.766	5.898
IBM	0,00%	941	1.491	2.432
IFC	0,00%	22.448	10.389	32.837
VOTORANTIM	5,00%	476	1.993	2.469
Subtotal		426.685	2.450.060	2.876.745
(-) Custo de Captação		(3.200)	(5.185)	(8.385)
TOTAL MOEDA NACIONAL		423.485	2.444.875	2.868.360
TOTAL GERAL		959.855	2.897.754	3.857.609

- (d) O aumento do saldo de empréstimos no circulante ocorrido no exercício é decorrente principalmente das transferências do não circulante para o circulante, ocorridas nas controladas no valor de R\$783.553 e dos ingressos de novos empréstimos no valor de R\$366.140.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

19 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

	Custo médio da dívida (% a.a.)	31/12/2013		
		Circulante		Total
		Principal e encargos	Principal e encargos	
MOEDA ESTRANGEIRA				
Tesouro nacional	5,04%	3.652	51.668	55.320
CRÉDITO RJ – BID (a)	5,28%	-	149.750	149.750
CCBI ITAU (b)		535	203.007	203.542
CCBI CITIBANK (b)		389	179.215	179.604
Subtotal		4.576	583.640	588.216
(-) Custo de Captação		(1.657)	(4.157)	(5.814)
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA		2.919	579.483	582.402
MOEDA NACIONAL				
Eletrobrás	7,41%	74.896	369.748	444.644
IFC	8,24%	23.105	31.167	54.272
BNB	8,50%	37.618	135.552	173.170
BNDES	7,25%	29.151	433.697	462.848
FINEP	4,00%	1.134	5.888	7.022
FINAME	5,13%	3.082	13.079	16.161
CRÉDITOS RJ	5,22%	-	885.392	885.392
LEASINGS	10,59%	224	22	246
Banco do Brasil S.A	7,45%	-	291.836	291.836
CAIXA		-	14.331	14.331
Subtotal		169.210	2.180.712	2.349.922
(-) Custo de Captação		(2.895)	(3.851)	(6.746)
TOTAL MOEDA NACIONAL		166.315	2.176.861	2.343.176
TOTAL GERAL	6,83%	169.234	2.756.344	2.925.578

(a) Crédito RJ se refere aos créditos dos credores financeiros do Plano de Recuperação Judicial da CELPA, cujas taxas e prazos foram repactuados em conformidade com o estabelecido no Plano. Com isso, houve reestruturação dos credores por tipo de crédito de forma a conceder maior fôlego financeiro à controlada, o que culminou com o alongamento da dívida com reduzida correção.

(b) Estas operações possuem swap de cambio e taxa de juros associados para anular os efeitos de exposição ao dólar e libor, hedge das operações.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

19 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/12/2014	
	Valor	%
Circulante	959.855	25%
2016	184.986	4%
2017	491.747	13%
2018	497.002	13%
2019	205.597	5%
Após 2019	1.524.307	40%
Total	2.903.639	75%
Custo de Captação (Não circulante)	(5.885)	0%
Não Circulante	2.897.754	75%
Total	3.857.609	100%

A mutação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	166.315	2.176.859	2.919	579.485	2.925.578
Ingressos	320.000	580.917	80.000	200.000	1.180.917
Encargos	110.550	14.171	14.682	-	139.403
Varição monetária e cambial	-	12.792	69.813	43.579	126.184
Capitalização de Juros	5	40.225	-	8.088	48.318
Transferências de principal	350.950	(350.950)	381.729	(381.729)	-
Pagamentos de baixas de principal	(394.054)	(20.083)	(1.214)	-	(415.351)
Pagamentos de baixas de juros	(130.750)	-	(11.559)	-	(142.309)
Custo de Transação	(413)	(2.054)	-	-	(2.467)
Transferência partes relacionadas	-	(7.724)	-	-	(7.724)
Transferências de Transação	(721)	721	(3.457)	3.457	-
Apropriação de custo de transação	1.603	-	3.457	-	5.060
Saldos em 31 de dezembro de 2014	423.485	2.444.874	536.370	452.880	3.857.609

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

19 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	555.665	1.834.899	93.013	139.286	2.622.863
Transferências para partes relacionadas	-	-	(95.536)	(4.742)	(100.278)
Ingressos	50.000	493.067	-	375.000	918.067
Encargos	105.691	13.758	8.253	-	127.702
Varição monetária e cambial	(56)	56.942	598	41.499	98.983
Transferências	196.460	(196.460)	1.103	(1.103)	-
Amortizações de principal	(629.096)	(25.496)	(2.309)	-	(656.901)
Pagamentos de juros	(111.177)	-	(2.203)	-	(113.380)
Custo de captação	(1.172)	151	-	-	(1.021)
Cauções em garantia	-	-	-	29.543	29.543
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>166.315</u>	<u>2.176.861</u>	<u>2.919</u>	<u>579.483</u>	<u>2.925.578</u>

Acompanhamento dos covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela controlada CEMAR possuem *covenants* e garantias financeiras, cujo não cumprimento, durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

20 Debêntures (Consolidado)

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.974	294.085	300.059
Ingressos	-	200.000	200.000
Custo de Captação	(289)	(408)	(697)
Encargos	28.520	-	28.520
Variação monetária	339	12.746	13.085
Pagamentos de juros	(23.683)	-	(23.683)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.861	506.423	517.284

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	169.602	283.210	452.812
Custo de captação	-	295	295
Encargos	22.554	-	22.554
Variação monetária	91	10.580	10.671
Amortizações de principal	(160.380)	-	(160.380)
Pagamentos de juros	(25.893)	-	(25.893)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.974	294.085	300.059

Quarta emissão debêntures

Em 22 de setembro de 2012 encerrou-se a distribuição pública da 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$280.000, dividido em duas séries de R\$101.380 e R\$178.620, destinaram-se, prioritariamente para implementação do programa de investimentos da controlada e aumento do capital de giro. Em 31 de dezembro de 2014, a taxa efetiva dessa operação é de 11,91% ao ano.

Sexta emissão debêntures

Em 27 de outubro de 2014 encerrou-se a distribuição pública da 6ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$200.000 em uma única série, destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, a taxa efetiva dessa operação é de 10,8% ao ano.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

20 Debêntures (Consolidado)--Continuação

No encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2014, as debêntures representam o montante de R\$517.284 e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

Vencimento	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	10.861	2%	5.974	2%
2016	34.298	6%	33.793	11%
2017	100.964	20%	33.793	11%
2018	169.989	33%	98.570	33%
2019	136.152	26%	64.776	22%
2020	67.052	13%	64.776	22%
Não circulante	508.455	98%	295.708	99%
Custo de captação - Não circulante	(2.032)	0%	(1.623)	-1%
Total não circulante	506.423	98%	294.085	98%

Covenants

As emissões de Debêntures, classificados no circulante e no não circulante, preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas atingiram todos os indicadores requeridos contratualmente.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

21 Impostos a recolher

21.1 Impostos e contribuições a recolher

Circulante	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
ICMS	122.154	84.234
ICMS PARCELAMENTO	29.625	40.097
PIS/COFINS	69.125	25.472
PIS/COFINS PARCELAMENTO	-	63.653
INSS PARCELAMENTO	-	1.180
REFIS/PAES	-	16.193
Encargos sociais e outros	21.326	12.540
Outros	8.510	5.317
Total	250.740	248.686

Não circulante	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
ICMS parcelamento (a)	57.750	79.893
REFIS/PAES (b)	-	133.216
PIS/COFINS parcelamento	-	116.587
INSS parcelamento	-	3.048
Outros	19.296	1.069
Total	77.046	333.813

21.2 Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
IRRF	3.942	509
Provisão de IRPJ / CSL	28.218	17.336
Total	32.160	17.845

- a. A CELPA possui parcelamentos concedidos pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará, originário de débitos do ICMS corrente. O referido saldo é corrigido pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC mais 1%.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

21 Impostos a recolher--Continuação

b. Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

CEMAR

Em 31 de dezembro de 2014 a CEMAR optou pela quitação antecipada dos débitos parcelados no REFIS da Lei nº 11.941/2009, da Lei nº 12.865/2013, Lei nº 12.996/2014 e parcelamento previdenciário simplificado.

A referida dívida no montante de R\$ 49.513 foi quitada, considerando o Art. 33 da Medida Provisória nº 651/2014 e portaria PGFN/RFB nº 15/2014, deste total R\$ 14.993 foi pago em espécie e R\$ 34.520 foram compensados com prejuízos fiscais.

CELPA

A redução dos parcelamentos deve-se a seguinte condição: Os parcelamentos ordinários constituídos junto à Receita Federal do Brasil, Instituto de Nacional de Seguridade Social e Procuradoria da Fazenda Nacional, foram migrados em 22 de agosto de 2014 para parcelamento na forma da Lei 12.996/2014. Os parcelamentos disciplinados pela Lei 11.941/2009 e os existentes na forma da Lei 12.996/2014, tiveram seus saldos quitados de forma antecipada da seguinte forma: 30% através de DARF em 28 de novembro de 2014 e o restante, através do uso de crédito de prejuízo fiscal, formalizado em 19 de novembro de 2014, na forma MP 651/2014 e portaria conjunta da RFB e PGFN n.º 15, Anexo II.

22 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas (Consolidado)

As controladas CEMAR e CELPA são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração das controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

22 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas (Consolidado)-- Continuação

	31/12/2014			31/12/2013		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis	120.583	(114.756)	5.827	97.577	(134.139)	(36.562)
Tributárias	498	(387)	111	569	(394)	175
Trabalhistas	112.611	(41.050)	71.561	102.866	(29.191)	73.675
Regulatórias	28.382	-	28.382	136.603	-	136.603
PPA CELPA (a)	335.899	-	335.899	339.684	-	339.684
	597.973	(156.193)	441.780	677.299	(163.724)	513.575
Circulante	51.728	(20.037)	31.691	39.775	(24.165)	15.610
Não circulante	546.245	(136.156)	410.089	637.524	(139.559)	497.965
	597.973	(156.193)	441.780	677.299	(163.724)	513.575

- a) O valor justo dos passivos contingentes cíveis, fiscais e trabalhistas da controlada CELPA foi determinado com base na avaliação de assessores jurídicos, os quais também consideraram nesta avaliação as causas com probabilidade de perda possível, resultando em um ajuste no montante de R\$335.899 em 31 de dezembro de 2014.
- b) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$66.924 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial da controlada CELPA. Estes créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Por ordem judicial vigente, o fluxo contratual está sendo depositado, mensalmente, em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

22 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas (Consolidado)-- Continuação

Movimentação dos processos no exercício (Consolidado)

	31/12/2013				31/12/2014	
	Saldo Inicial	Adição a provisão	Utilização (1)	Estornos (2)	Atualização (3)	Saldo Final
Cíveis	97.577	44.454	(30.706)	(18.887)	28.145	120.583
Tributárias	569	3	-	(80)	6	498
Trabalhistas	102.866	8.296	(6.753)	(10.119)	18.321	112.611
Regulatórias	136.603	15.091	-	(126.108)	2.796	28.382
PPA CELPA	339.684	-	-	(3.785)	-	335.899
	677.299	67.844	(37.459)	(158.979)	49.268	597.973

	31/12/2012				31/12/2013	
	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização (1)	Estornos (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	94.490	33.528	(24.530)	(8.812)	2.901	97.577
Tributárias	145.125	-	-	(144.557)	1	569
Trabalhistas	116.341	27.219	(12.992)	(29.895)	2.193	102.866
Regulatórias	87.755	57.987	(5.449)	(4.002)	312	136.603
PPA CELPA	343.161	-	-	(3.477)	-	339.684
	786.872	118.734	(42.971)	(190.743)	5.407	677.299

(1) Gastos efetivos com contingências judiciais.

(2) Reversões realizadas no exercício.

(3) Atualizações monetárias.

a) Do valor das baixas R\$39.540 foram parceladas no âmbito da Lei 12.996/2014 em agosto de 2014, R\$19.568 referem-se à redução ou ganhos nas penalidades aplicadas e R\$21.406, referente ajuste de processos e de cálculo da Selic, e R\$ 38.906 referentes aos Termos de Ajustamento de Conduta – TACs (conforme despacho nº 2.913, de 18 de setembro de 2012, que homologou o plano de transição da CELPA), uma vez que, os mesmos passaram a ser controlados por conta específica de obrigações especial.

b) PPA CELPA – São provenientes de estimativa de valor do desembolso das causas possíveis de acordo com análises do departamento jurídico da Controlada Celpa.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

22 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas (Consolidado)-- Continuação

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 2.113 reclamações ajuizadas por ex empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

No encerramento das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2014 contemplam provisão de R\$112.611 (R\$102.866 em 31 de dezembro de 2013).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR, da Celpa e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$53.292 (R\$ 36.232 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão.

Cíveis

As Controladas figuram como réis em 18.482 processos cíveis, sendo que 13.235 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por eletrolessão ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

No encerramento das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2014 contemplam provisão de R\$120.583 (R\$97.577 em 31 de dezembro de 2013).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR, da Celpa e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 568.344 (R\$569.153 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

22 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas (Consolidado)-- Continuação

Tributárias

A CEMAR e a CELPA figuram como parte ré em 173 processos tributários.

As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2014 contemplam provisão de R\$498, para as causas tributárias (R\$569 em 31 de dezembro de 2013).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências tributárias cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR, da CELPA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 46.663 (R\$48.103 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão.

23 Outras contas a pagar (Consolidado)

	31/12/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros créditos a pagar - Fornecedores	2.492	-	2.231	-
Adiantamentos e devoluções (a)	45.465	-	42.264	-
Entidades seguradoras	202	-	202	-
Outras apropriações fornecedores	10.120	-	10.473	-
Encargos tarifários	1.886	-	1.888	-
Créditos tributários – CCC	-	193.906	-	83.708
Multas regulatórias (b)	51.706	-	49.278	-
Benefícios pós-emprego	2.321	-	8.171	2.043
Cauções	7.302	-	6.716	-
Aquisição Celpa (c)	60.000	-	60.000	-
Créditos de Terceiros	1.208	-	1.316	-
Taxas Regulamentares	1.483	-	932	-
Outras contas a pagar (d)	69.726	5.992	53.180	20.511
Total	253.911	199.898	236.631	106.262

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

23 Outras contas a pagar (Consolidado)--Continuação

- a) Refere-se a adiantamento recebido com a finalidade de assegurar os investimentos necessários ao atendimento, pelas controladas, ao consumidor.
- b) Refere-se ao passivo por violação do limite de continuidade individual dos indicadores DIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de duração de interrupção por unidade consumidora ou por ponto de conexão), FIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de frequência de interrupção por unidade consumidora ou por ponto de conexão) e DMIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de duração máxima de interrupção contínua por unidade consumidora ou por ponto de conexão). Em relação ao período de apuração (mensal, trimestral ou anual), a distribuidora deverá calcular a compensação ao consumidor e efetuar o crédito na fatura, apresentada em até dois meses após o período de apuração. No caso de violação do limite de continuidade individual do indicador DICRI (limite de continuidade estabelecido para o indicador de duração da interrupção individual ocorrida em dia crítico por unidade consumidora ou ponto de conexão), a distribuidora deverá calcular a compensação ao consumidor e efetuar o crédito na fatura, apresentada em até dois meses após o mês de ocorrência da interrupção. Pelo fato de a controlada CELPA ter entrado com o pedido de recuperação judicial em 29/2/2012, todos os valores cujo fato gerador ocorreram antes do protocolo do pedido devem compor o saldo dos credores cujo pagamento será aprovado pela assembleia de credores nos prazos e condições legais estabelecidas no plano de Recuperação Judicial aprovado.
- c) Refere-se ao aumento do passivo circulante em função de um saldo a ser restituído referente ao Programa Luz Para Todos, estimado pela Controlada Celpa.
- d) Dos valores de outras contas a pagar, R\$ 61.009 referem-se à Controlada CELPA, tem principal composição R\$8.018 referente à provisão de honorários do Administrador e do Contador da Recuperação Judicial, R\$ 52.991 referente ao provisionamento para pagamento de custos operacionais a diversos prestadores de serviços.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

24 Patrimônio líquido

24.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é de R\$1.977.276 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionista	ON	%
FIP PCP	45.518.146	22,94%
Squadra Investimentos	30.939.640	15,59%
International Financial Corporation	10.625.000	5,35%
CSHG	10.394.964	5,24%
ARX Investimentos	10.295.752	5,19%
BTG Pactual Asset Management S/A DTVM	10.271.024	5,18%
GAP Asset Management	10.053.381	5,07%
Norges Bank	9.962.283	5,02%
Demais minoritários	60.387.162	30,43%
Total	198.447.352	100,00%

A Companhia é listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, tendo exclusivamente ações ordinárias em sua base acionária e garantindo 100% de “Tag Along” aos acionistas minoritários no caso de fusões ou transferência de controle acionário.

24.2 Plano de opção de compra de ações

Quarto plano de opções de ações

Foi aprovada, na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 21 de julho de 2014, a criação do Quarto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial (“Plano”). As opções de subscrição de ações a serem oferecidas nos termos do Plano não excederão 3,0% (três por cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia (incluídas as Ações emitidas em decorrência do exercício de Opções com base neste Plano), contanto que o número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite de capital autorizado da Companhia.

Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. Maiores detalhes sobre o Plano podem ser obtidos na Ata da AGE que aprovou o mesmo, a qual está disponível no site da Companhia e no site da CVM.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

24 Patrimônio líquido--Continuação

24.2 Plano de opção de compra de ações--Continuação

Preço de Exercício das Opções

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na BM&FBOVESPA, ponderada pelo volume de negociação, no período de até 180 dias que antecederem a Data de Outorga.

O Preço de Exercício será reduzido pelo valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas ou quaisquer outros valores por Ação colocados à disposição dos acionistas pela Companhia, inclusive em função de redução de capital social sem o cancelamento de ações ou qualquer outra operação societária que implique alocação de recursos aos acionistas ou redução do valor das ações, sempre considerado o período compreendido entre a Data de Outorga e a data do exercício das Opções.

Beneficiários

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

Durante o prazo de 1 (um) ano contado da data de exercício das Opções, os beneficiários não poderão vender, ceder ou, de qualquer forma, alienar as Ações da Companhia originalmente adquiridas ou subscritas ao amparo do Plano.

Em 21 de julho de 2014, o Comitê de Administração do Plano outorgou 4.225.000 (quatro milhões, duzentos e vinte e cinco mil) Opções aos beneficiários do Plano, ao preço de R\$ 21,76 (vinte e um reais e setenta e seis centavos) por Opção.

Potencial de diluição

De acordo com as regras do Plano, a emissão potencial das opções remanescentes implicaria em uma diluição adicional para os atuais acionistas da Equatorial Energia S.A. equivalente a 3%, no máximo.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

24 Patrimônio Líquido--Continuação

24.3 Reserva de capital

Em atendimento a deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10, a Companhia possui registrado na Reserva de Capital o montante total de R\$22.585, referentes a opções outorgadas reconhecidas.

24.4 Reserva de lucros - Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social.

24.5 Reserva de Lucros – Reserva para investimento e expansão

Esta reserva destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia.

24.6 Reserva de Lucros – Distribuição de dividendos adicionais

Esta reserva destina-se a registrar a parcela de dividendos que excede o mínimo obrigatório, cuja distribuição ainda não foi aprovada em assembleia.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

25 Dividendos (Controladora)

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Os dividendos foram calculados como segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	637.756	68.637
(-) Reserva legal - 5%	(31.888)	(3.432)
Base para dividendos	605.868	65.205
Dividendos mínimos obrigatórios	151.467	16.301
Dividendos complementares	-	1.559
Dividendos propostos	95.349	17.860
Juros sobre capital próprio	56.118	-
Dividendos a pagar	151.467	17.860

Os dividendos propostos para o exercício de 2014 incluem Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 59.534 (R\$ 56.118, líquido de IRRF).

O Conselho de Administração aprovou a declaração de dividendos propostos da seguinte forma:

Deliberação	Proventos	Valor	ON
31/12/2014			
Reunião do Conselho de Administração de 12 de fevereiro de 2015	Dividendos	154.884	0,78
31/12/2013			
Reunião do Conselho de Administração de 26 de fevereiro de 2014	Dividendos	17.860	0,09

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 01 de janeiro de 2013	33.579
Dividendos adicionais propostos em 2012	250
Pagamento de dividendos	(33.731)
Dividendos mínimos propostos em 2013	16.301
Saldo em 31 de dezembro de 2013	16.399
Saldo em 01 de janeiro de 2014	16.399
Dividendos adicionais propostos em 2013	1.559
Pagamento de dividendos	(17.860)
IRRF sobre juros capital próprio	(3.416)
Juros sobre capital próprio	59.534
Dividendos propostos 2014	95.349
Saldo em 31 de dezembro de 2014	151.565

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

26 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Earnings per Share), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	637.756	68.637
Denominador		
Total de ações no cálculo do LPA básico	<u>198.447.352</u>	198.447.352
Total de ações no cálculo do LPA diluído	<u>200.559.852</u>	-
Lucro por ação básico	<u>3,2137</u>	0,3459
Lucro por ação diluído	<u>3,1761</u>	-

O número de ações outorgadas foi de 4.225.000, sendo seu fator de diluição 2.112.500;

Em 31 de dezembro de 2014 não há diferenças entre o lucro por ação básico e diluído.

27 Plano de opção de compra de ações

Quarto plano de opções de ações

Foi aprovada, na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 21 de julho de 2014, a criação do Quarto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial ("Plano"). As opções de subscrição de ações a serem oferecidas nos termos do Plano não excederão 3,0% (três por cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia (incluídas as Ações emitidas em decorrência do exercício de Opções com base neste Plano), contanto que o número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite de capital autorizado da Companhia.

Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. Maiores detalhes sobre o Plano podem ser obtidos na Ata da AGE que aprovou o mesmo, a qual está disponível no site da Companhia e no site da CVM.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

27 Plano de opção de compra de ações--Continuação

Preço de Exercício das Opções

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na BM&FBOVESPA, ponderada pelo volume de negociação, no período de até 180 dias que antecederem a Data de Outorga.

O Preço de Exercício será reduzido pelo valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas ou quaisquer outros valores por Ação colocados à disposição dos acionistas pela Companhia, inclusive em função de redução de capital social sem o cancelamento de ações ou qualquer outra operação societária que implique alocação de recursos aos acionistas ou redução do valor das ações, sempre considerado o período compreendido entre a Data de Outorga e a data do exercício das Opções.

Beneficiários

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

Durante o prazo de 1 (um) ano contado da data de exercício das Opções, os beneficiários não poderão vender, ceder ou, de qualquer forma, alienar as Ações da Companhia originalmente adquiridas ou inscritas ao amparo do Plano.

Em 21 de julho de 2014, o Comitê de Administração do Plano outorgou 4.225.000 (quatro milhões, duzentos e vinte e cinco mil) Opções aos beneficiários do Plano, ao preço de R\$ 21,76 (vinte e um reais e setenta e seis centavos) por Opção.

Potencial de diluição

De acordo com as regras do Plano, a emissão potencial das opções remanescentes implicaria em uma diluição adicional para os atuais acionistas da Equatorial Energia S.A. equivalente a 3%, no máximo.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

28 Participação nos lucros de empregados

O programa de participação nos resultados da Companhia e de suas controladas é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, coordenadores e colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos seus resultados operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o saldo provisionado de participação nos lucros na Companhia era de R\$4.444 (R\$ 8.039 em 31 de dezembro de 2013).

O saldo provisionado na Companhia juntamente com suas controladas era de R\$32.161 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 34.673 em 31 de dezembro de 2013).

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

29 Receita operacional (Consolidado)

	31/12/2014		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	3.834.302	6.103.032	2.823.184
Industrial	12.707	1.857.342	671.704
Comercial	307.065	2.913.876	1.474.202
Rural	175.988	409.623	131.667
Poder público	40.992	833.828	409.116
Iluminação pública	1.416	732.032	222.452
Serviço público	7.987	542.852	181.716
Consumo próprio	671	42.579	-
Receita pela Disponibilidade- Uso da Rede	-	-	24.524
Fornec.não faturado Reposição Tarifaria	-	-	60.416
Suprimento CCEE	-	-	78.887
Baixa renda	-	-	328.378
Receita de construção	-	-	1.240.914
Ativo e Passivo Regulatório	-	-	685.689
Outras	-	-	415.652
Total	4.381.128	13.435.164	8.748.501

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

	31/12/2013		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	3.474.615	5.321.470	2.155.921
Industrial	13.500	1.791.712	543.699
Comercial	279.645	2.701.426	1.179.407
Rural	183.389	399.567	112.781
Poder público	39.007	799.028	343.320
Iluminação pública	1.049	658.660	165.807
Serviço público	6.721	524.373	153.068
Consumo próprio	577	40.988	-
Receita pela Disponibilidade- Uso da Rede	-	-	15.863
Subvenções Tarifárias	-	-	27.723
Suprimento CCEE	-	-	148.552
Baixa renda	-	-	308.985
Receita de construção	-	-	734.565
Outras	-	-	335.467
Total	3.998.503	12.237.224	6.225.158

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

30 Receita operacional líquida (Consolidado)

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fornecimento de energia elétrica	6.478.664	5.164.193
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	685.689	-
Remuneração financeira WACC	109.658	86.280
Suprimento de energia elétrica	78.887	148.552
Receita de construção	1.240.914	734.565
Outras receitas	154.689	91.568
Receita operacional	<u>8.748.501</u>	<u>6.225.158</u>
ICMS sobre venda de energia elétrica	(1.208.377)	(945.888)
PIS e COFINS	(707.963)	(506.013)
Encargos do consumidor	(56.135)	(50.025)
ISS	(3.904)	(1.902)
Encargo de capacidade emergencial	1.331	(2.233)
Outros	-	(4.061)
Deduções à receita operacional	<u>(1.975.048)</u>	<u>(1.510.122)</u>
Receita operacional líquida	<u>6.773.453</u>	<u>4.715.036</u>

31 Custos do serviço e despesas operacionais

As despesas / (receitas) operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	<u>31/12/2014</u>			
	<u>Custo do Serviço de Energia Elétrica</u>	<u>Despesas com vendas</u>	<u>Despesas administrativas</u>	<u>Total</u>
Custos/despesas operacionais				
Pessoal	119.069	47.703	72.054	238.826
Material	21.249	4.035	2.030	27.314
Serviços de terceiros	234.325	188.650	129.718	552.693
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	4.878	3.826	-	8.704
Energia elétrica comprada para revenda	3.153.827	-	-	3.153.827
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	48.272	-	-	48.272
Custo de construção	1.240.914	-	-	1.240.914
Depreciação e amortização	258.932	-	-	258.932
Arrendamento e aluguéis	1.483	2.350	3.618	7.451
Subvenção CCC	(29.000)	-	-	(29.000)
Outros	19.430	20.293	27.199	66.922
Total	<u>5.073.379</u>	<u>266.857</u>	<u>234.619</u>	<u>5.574.855</u>

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

31 Custos do serviço e despesas operacionais--Continuação

Custos/despesas operacionais	31/12/2013			
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	102.325	30.453	84.404	217.182
Material	12.719	9.501	9.389	31.609
Serviços de terceiros	234.693	201.775	151.946	588.414
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	5.317	4.017	-	9.334
Energia elétrica comprada para revenda	2.253.348	-	-	2.253.348
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	115.685	-	-	115.685
Custo de construção	734.565	-	-	734.565
Depreciação e amortização	221.127	-	-	221.127
Arrendamento e aluguéis	9.277	2.431	4.287	15.995
Subvenção CCC	(25.392)	-	-	(25.392)
Recuperação de Despesas	-	-	(2.666)	(2.666)
Outros	9.230	540	39.997	49.767
Total	3.672.894	248.717	287.357	4.208.968

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram aumento decorrente aos seguintes fatores:

- (i) Aumento no preço de liquidação da CCEE – PLD, devido à redução dos reservatórios e necessidade de despachos das térmicas para atender a demanda nacional, e
- (ii) Aumento da exposição involuntária da empresa pelo atraso de entrada em operações de Usina e cancelamentos de contratos relacionados ao grupo Bertin.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

32 Energia elétrica comprada para revenda

	GWh		R\$	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Energia de leilão	9.807	9.795	2.067.641	1.526.437
Contratos Eletronuclear	496	210	98.551	36.215
Contratos cotas de garantias	5.524	5.472	167.982	218.021
Encargo de energia de reserva	-	-	18.702	74.702
Energia de curto prazo - CCEE	1.761	1.290	1.834.147	694.312
Energia bilateral	217	226	43.555	41.259
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	297	293	69.379	62.463
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(245.017)	(136.156)
(-) Recuperação custo de energia	-	-	(1.159.173)	(488.585)
Outros custos	-	-	258.060	224.680
Total	18.102	17.286	3.153.827	2.253.348

- (a) No quarto trimestre de 2014 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram aumento decorrente aos seguintes fatores: (i) aumento no preço de liquidação da CCEE – PLD que atingiu o limite máximo de 822 R\$/MWh, devido a redução dos reservatórios e necessidade de despachos das térmicas para atender a demanda nacional; (ii) O aumento da exposição involuntária da empresa pelo atraso de entrada em operações de Usina e cancelamentos de contratos relacionados ao grupo Bertin. Com a publicação do Decreto nº 8.221 publicado em 02 de abril de 2014, que dispõe da criação da Conta ACR, as distribuidoras irão recuperar a sua despesas decorrentes a exposição involuntária de curto prazo e despacho de térmicas vinculadas ao CCEAR por disponibilidade, a partir da liquidação de fevereiro de 2014, através do empréstimo de dois empréstimos sendo de R\$11,2 bilhões e de R\$6,6 bilhões que será repassado mensalmente pela CCEE aos agentes distribuidores.
- (b) O valor refere-se a crédito de PIS e COFINS não cumulativo, na forma das Leis 10.637 de 2002 e 10.833 de 2003, originário de aquisição de energia elétrica para revenda.
- (c) O Decreto nº 7.945 de março de 2013 determinou o repasse de recursos da CDE para as distribuidoras, com a intenção de neutralizar parte dos problemas de caixa e resultado, em função da tendência de elevação nos custos. A contabilização dos recursos cobertos por esse repasse de CDE no resultado da Companhia, como redutora do grupo “Energia comprada para revenda”, totalizando R\$39.168.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

32 Energia elétrica comprada para revenda--Continuação

- (d) O Decreto nº 8.221 publicado em 02 de abril de 2014, instituindo a criação da “CONTA-ACR”, através da qual as distribuidoras irão recuperar as suas despesas decorrentes da exposição involuntária de curto prazo e despacho de térmicas vinculadas ao CCEAR por disponibilidade. A companhia registrou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 R\$851.441, em dezembro a companhia estima receber R\$123.345. No dia 06 de outubro de 2014 as controladas CEMAR e CELPA receberam através do despacho nº 3.968, o valor de R\$132.007 referentes à liquidação de agosto de 2014.

33 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras				
Rendas financeiras	83.573	87.127	197.029	171.949
Operações swap	-	-	353.351	36.991
Acréscimo moratório de energia vendida	-	-	166.841	125.505
Variações monetárias ativas	-	-	86.945	45.309
Atualização do ativo financeiro - receita	-	-	366	11.975
Juros ativos	-	-	7.651	-
Descontos obtidos	-	-	47.858	49.808
Outras	-	-	42.082	31.844
Total receitas financeiras	83.573	87.127	902.123	473.381
Despesas financeiras				
Juros dos empréstimos e financiamentos e outros	-	-	(361.909)	(254.621)
Operações swap - despesa	-	-	(317.759)	(36.043)
Variações monetárias passivas	-	-	(184.740)	(113.122)
Atualização do ativo financeiro - despesa	-	-	(11.928)	(34.400)
Atualização de eficiência e contingências	-	-	(57.819)	(23.394)
Multas	-	-	(19.817)	(59.478)
Infrações operacionais	-	-	(60.846)	(57.993)
Ajuste a valor presente	-	-	(16.422)	(38.998)
Encargos com partes relacionadas	-	-	(7.763)	-
Juros passivos	-	-	(31.905)	-
Outras despesas financeiras	(1.257)	(10.571)	(42.124)	(74.430)
Total despesas financeiras	(1.257)	(10.571)	(1.113.032)	(692.479)
Total	82.316	76.556	(210.909)	(219.098)

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

34 Entidade de previdência privada

CEMAR

Características do plano de aposentadoria

A CEMAR é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário a partir de maio de 2006, - o Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida na modalidade de contribuição variável de acordo com a classificação definida pela Previc. O plano oferece os benefício de aposentadoria normal, na modalidade de contribuição definida, e o benefício por incapacidade e por morte de participante ativo, na modalidade de benefício definido, além dos institutos legais obrigatórios. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

Atualmente, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas que já se encontravam em gozo do benefício em abril de 2006. Este plano apresenta os benefícios de aposentadoria por idade, especial, tempo de contribuição e auxílio funeral.

Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela CEMAR são descritos a seguir:

Plano BD-I ("BD-I")

- Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição plena;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Aposentadoria por invalidez;
- Complementação de auxílio-doença;
- Benefício proporcional diferido;
- Auxílio-funeral;
- Complementação de pensão por morte;
- Complementação de abono anual.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

34 Entidade de previdência privada -- Continuação

Características do plano de aposentadoria -- Continuação

Plano Misto ("PMB")

- Benefício por invalidez;
- Benefício por morte de participante assistido;
- Benefício por morte de participante ativo.

A CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, esse valor corresponde a R\$2.743 (R\$1.792 em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia mantém registrado o valor de R\$2.320 (R\$10.213 em 31 de dezembro de 2013) na rubrica de "Outras contas a pagar" como suporte ao contrato de dívida com a FASCEMAR, o qual a Administração entende ser suficiente para cobrir o passivo atuarial calculado por seus atuários.

34.1 Premissas adotadas

Adotou-se como taxa desconto a cotação do título NTN-B (indexados ao IPCA - IBGE) com base no prazo do pagamento dos benefícios do plano, ou seja, o *duration*. O *duration* médio dos planos é de aproximadamente 15,2 anos. Devido ao rendimento do título retrocitado com vencimento para 2024 e 2035 ser muito próximo (*spread* de 0,12%), optou-se pela utilização da NTN-B com vencimento em 2024.

Taxas ao ano	2014	2013
01 Taxa de desconto real para cálculo do valor presente	6,15% - todos os planos	6,35% - todos os planos
02 Taxa de crescimento salarial futura real	1%	1%
03 Taxa de inflação	4,50%	4,50%
04 Fator de capacidade	1	0,98
05 Tábua de mortalidade geral	AT 2000 - MALE	AT-2000 - MALE
06 Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 - MALE	AT-83 - MALE
07 Tábua de entrada em invalidez	Light (média)	Light (média)
08 Tábua de rotatividade	Nula	Nula

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

34 Entidade de previdência privada -- Continuação

Características do Plano de aposentadoria – Continuação

34.2 Informação dos participantes

A - Participantes	BD - I	PMB
A.1 - Ativos		
1. Número de participantes	23	1.089
2. Idade média (anos)	51,78	35,65
3. Tempo médio de empresa (anos)	25,06	9,01
4. Tempo médio planos (anos)	23,91	8,52
5. Salário médio de participação (R\$)	3.419,05	3.963,18
6. Folha mensal de participação (R\$)	78.638,23	4.315.905,70
A.2 - Auto patrocinados		
1. Número de participantes	1	13
2. Idade média (anos)	57	49,15
3. Tempo médio de empresa (anos)	28,58	17,46
4. Tempo médio planos (anos)	29	15,72
5. Salário médio de participação (R\$)	2.292,55	11.186,28
6. Folha mensal de participação (R\$)	2.292,55	145.421,67
B - Assistidos	BD - I	PMB
B.1 - Aposentadoria por tempo de serviço		
1. Número de assistidos	385	69
2. Idade média (anos)	71,34	61,38
3. Benefício mensal (R\$)	1.764,30	1.649,78
4. Total mensal dos benefícios	679.255,95	113.834,83
B.2 - Aposentadoria por invalidez		
1. Número de assistidos	63	6
2. Idade média (anos)	61,51	53,43
3. Benefício mensal (R\$)	713,35	426,74
4. Total mensal dos benefícios	44.941,04	2.560,44
C - Beneficiários Pensionistas	BD - I	PMB
1. Número de famílias	219	11
2. Idade média do grupo (anos)	63,14	46,66
3. Benefício mensal (R\$)	757,48	655,21
4. Total mensal dos benefícios (R\$)	165.888,50	7.207,29

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

34 Entidade de previdência privada -- Continuação

34.3 Movimentação das obrigações atuariais

A seguir demonstramos a movimentação das obrigações atuariais dos planos de benefícios.

Resultados da avaliação atuarial de acordo com a norma CPC33/CVM 600/09:

	2014		2013	
	BD-I	PNB	BD-I	PNB
A - EVOLUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS				
1. Valor presente da obrigação no início do ano	111.812	668	147.034	950
2. Custo do serviço corrente	52	-	37	83
3. Despesa com juros	12.451	74	12.086	78
4. Pagamento de benefícios no ano	(9.742)	(94)	(10.286)	(81)
5. (Ganhos)/Perdas atuariais reconhecidos nas obrigações	10.922	149	(36.346)	(362)
6. Valor presente da obrigação no fim do ano	<u>125.495</u>	<u>797</u>	<u>112.525</u>	<u>668</u>
B - EVOLUÇÃO NO VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO				
1. Valor justo dos ativos do plano no início do ano	129.904	2.101	148.711	1.779
2. Receita com juros	14.466	234	12.224	146
3. Contribuições efetuadas (empresa)	20	337	25	303
4. Contribuições efetuadas (participante)	20	-	25	-
5. Pagamento de benefícios no ano	(9.742)	(94)	(10.286)	(81)
6. Ganhos/(Perdas) atuariais reconhecidos nos ativos do plano	15.112	325	(24.941)	(46)
7. Valor justo dos ativos do plano no fim do ano	<u>149.780</u>	<u>2.903</u>	<u>125.758</u>	<u>2.101</u>
C - DESPESA - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO				
1. Custo do serviço	(52)	-	(37)	(83)
2. Total das despesas ocorridas em 2013 (1 + 2)	<u>(52)</u>	<u>-</u>	<u>(37)</u>	<u>(83)</u>
D - OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
1. Saldo no início do ano	(4.924)	(1.049)	(4.911)	(828)
2. Ganho / (Perda) atuarial	4.190	176	15.550	316
Retorno real dos ativos	15.112	325	(20.796)	(45)
Mudanças em premissas demográficas	(8.871)	(136)	5.332	176
Mudanças em premissas financeiras	(2.051)	(12)	31.014	185
3. Efeito do limite do ativo	(4.178)	(514)	(15.563)	(536)
4. Total de remensurações	12	(337)	(13)	(220)
5. Saldo no fim do ano	<u>(4.912)</u>	<u>(1.387)</u>	<u>(4.924)</u>	<u>(1.048)</u>
E - BALANÇO PATRIMONIAL				
1. Valor justo do ativo	149.779	2.904	129.903	2.101
2. Obrigações atuariais	(125.495)	(797)	(112.525)	(668)
3. Posição Líquida	24.284	2.107	17.378	1.433
4. Limite do ativo (Resolução CGPC nº 26/2008)	(24.284)	(2.107)	(17.378)	(1.433)
5. (Déficit) / Superávit passível de reconhecimento	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

34 Entidade de previdência privada -- Continuação

Características do Plano de aposentadoria – Continuação

34.3 Movimentação das obrigações atuariais -- Continuação

F -VALOR LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO

1. Posição líquida em 31/12/2013	18.091	1.433
2. Efeito do limite do ativo	(18.091)	(1.433)
3. Saldo passível de reconhecimento em 31/12/2013	-	-
4. Custo do serviço	(52)	-
5. Juros líquidos	2.015	160
6. Diferenças atuariais	4.190	176
7. Contribuição (empresa e participante)	40	337
8. Posição líquida em 31/12/2014	24.284	2.106
9. Efeito do limite do ativo	(24.284)	(2.106)
10. Saldo passível de reconhecimento em 31/12/2014	-	-
1. Posição líquida em 31/12/2012	18.091	828
2. Efeito do limite do ativo	(1.678)	(828)
3. Saldo passível de reconhecimento em 31/12/2012	-	-
4. Custo do serviço	(37)	(83)
5. Juros líquidos	137	68
6. Diferenças atuariais	15.550	316
7. Contribuição (empresa e participante)	50	303
8. Posição líquida em 31/12/2013	17.378	1.433
9. Efeito do limite do ativo	(17.378)	(1.433)
10. Saldo passível de reconhecimento em 31/12/2013	-	-

34.4 Variação no limite do Ativo

As movimentações do efeito do teto nos planos estão apresentadas a seguir:

	BD-I	PMB
1. Saldo em 31/12/2013	18.091	1.433
2. Juros	2.015	160
3. Variação	4.178	514
4. Saldo em 31/12/2014	24.284	2.106
	BD-I	PMB
1. Saldo em 31/12/2012	1.678	828
2. Juros	138	68
3. Variação	15.563	536
4. Saldo em 31/12/2013	17.379	1.433

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

34 Entidade de previdência privada -- Continuação

Características do plano de aposentadoria – Continuação

34.5 Ativos do plano

A composição dos ativos do plano está apresentada abaixo:

	31/12/2014	
	BD-I	%
Títulos públicos	122.612	80,8%
Títulos privados	7.000	4,6%
Ações	-	0,0%
Fundos de investimento	13.330	8,8%
Investimentos imobiliários	5.786	3,8%
Empréstimos	1.193	0,8%
Outros (1)	1.888	1,2%
Valor justo em 11/2014	151.809	
Valorização no valor justo (estimativa 1 mês)	1.118	
Contribuições recebidas	6	
Benefícios pagos (realizado)	(1.123)	
Valor justo estimado para 12/2014	151.810	
(-) Exigível operacional	(780)	
(-) Exigível contingencial	-	
(-) Fundo administrativo	(1.244)	
(-) Fundo de investimento	(6)	
(-) Resgates	-	
Valor justo dos ativos do plano	149.780	

O plano misto contempla risco de morte e de invalidez, estes são classificados como benefício definido. É constituído um “Fundo de Risco”, que representa o valor justo do ativo. Todavia, o plano misto contempla patrocinados de outras empresas que não a CEMAR. Para se definir o valor justo dos ativos para cada patrocinadora, o valor justo total é proporcionalizado com base nos respectivos passivos atuariais.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

34 Entidade de previdência privada -- Continuação

Características do Plano de aposentadoria – Continuação

34.5 Ativos do plano -- Continuação

Em termos percentuais, segue a composição do valor justo dos ativos do plano como um todo (contribuição definida e benefício definido):

	31/12/2014	
	PMB	
Valor Justo em 11/2014	53.556	
(-) Exigível operacional	(73)	
(-) Exigível contingencial	-	
(-) Benefícios concedidos	(8.283)	
(-) Benefícios a conceder	(39.475)	
(-) Fundo administrativo	(1.000)	
(-) Fundo de investimentos	(109)	
(-) Resgates	(1.619)	
Valor justo dos ativos do Plano Misto	2.997	
Proporção referente a patrocinadora (a/ (a+b+c))	96,19%	
Cemar (a)	797	
Equatorial (b)	20	
Fascemar ©	12	
Valor justo em 11/2014	2.882	
Valorização no valor justo (estimativa 1 mês)	21	
Valor justo estimado para 12/2014	2.904	
	31/12/2014	
	PMB	%
Títulos públicos	10.185	80,8%
Títulos privados	12.183	4,6%
Ações	-	0,0%
Fundos de investimento	25.962	8,8%
Investimentos imobiliários	-	3,8%
Empréstimos	4.212	0,8%
Outros (1)	1.014	1,2%
Valor justo em 11/2014	53.556	
Valorização no valor justo (estimativa 1 mês)	394	
Contribuições recebidas	57	
Benefícios pagos (realizado)	(9)	
Valor justo estimado para 12/2014	53.998	

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

34 Entidade de previdência privada -- Continuação

Características do Plano de aposentadoria – Continuação

34.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade da taxa de desconto na posição líquida dos planos em 31 de dezembro de 2014 está apresentada como segue, onde foram definidos dois cenários de (+0,5% e -0,5%):

<u>Teste de sensibilidade</u>	<u>BD-I</u>	<u>PMB</u>
Valor justo dos ativos	149.780	2.904
Taxa	6,65%	
Valor presente da obrigação	120.483	767
(Déficit) / Superávit	29.297	2.137
Variação	5.013	31
Taxa	5,65%	
Valor presente da obrigação	130.907	830
(Déficit) / Superávit	18.872	2.074
Variação	(5.412)	(33)

A seguir é apresentado o teste de sensibilidade das tábuas utilizadas considerando uma suavização de 10%:

<u>Teste de sensibilidade</u>	<u>BD-I</u>	<u>PMB</u>
Valor justo dos ativos	149.780	2.904
Valor presente da obrigação	128.589	718
(Déficit) / Superávit	21.190	2.185
Variação	(3.094)	79

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

34 Entidade de previdência privada -- Continuação

Características do Plano de aposentadoria – Continuação

34.7 Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

CEMAR - BDI	R\$
1. Pagamentos de benefícios esperados no ano de 2015	11.571.111,31
2. Pagamentos de benefícios esperados no ano de 2016	11.571.111,31
3. Pagamentos de benefícios esperados no ano de 2017	11.571.111,31
4. Pagamentos de benefícios esperados no ano de 2018	11.568.003,88
5. Pagamentos de benefícios esperados no ano de 2019	11.494.571,16
6. Pagamentos de benefícios esperados no ano de 2020 e 2030	64.964.235,07

34.8 Despesas e fluxos de caixa futuros

Fluxo de caixa estimado para 2015

	BD - I	PMB
1. Contribuições da patrocinadora	21	353
2. Contribuições do patrocinado	21	-
3. Benefícios concedidos	(11.571)	(99)

Despesa estimada para 2015

	BD-I	PMB
1. Custo do serviço corrente	64	-
4. Contribuições do patrocinado	21	-
5. Custo do serviço total	40	19

4. Custo de juros	(13.097)	(82)
5. Retorno do ativo	15.752	331
6. Juros sobre o limite	(2.653)	(230)
7. Juros líquidos	2.227	18.762

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

34 Entidade de previdência privada--Continuação

CELPA

A CELPA é patrocinadora em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, de planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Redeprev - Fundação Rede de Previdência e FASCELPA – Fundação de Previdência Complementar, entidades fechadas de previdência complementar, multipatrocinadas, constituídas como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A Companhia possui passivo atuarial não coberto que tem origem em acordo firmado entre a Companhia e os ex-empregados e pensionistas. Nos termos do acordo, deliberado pela Resolução nº 10 de 4/8/1989, pela Administração da Companhia e passando a vigorar a partir de 11/6/1996, que conferiu direitos e benefícios previdenciários ao grupo de pessoas acima referido. A Companhia mantém provisionado integralmente o valor apurado deste passivo atuarial na rubrica “Plano de aposentadoria e pensão”.

Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritos a seguir:

Plano de benefícios CELPA BD-I

Instituído em 30 de julho de 1982, encontra-se em extinção desde 1º de janeiro de 1998, data em que foi bloqueada a adesão de novos participantes. São assegurados os seguintes benefícios suplementares:

- Aposentadoria por tempo de serviço/velhice;
- Aposentadoria por invalidez;
- Auxílio-doença;
- Pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pela Patrocinadora.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

34 Entidade de previdência privada --Continuação

Plano de Benefícios Celpa BD-II

Instituído em 1º de janeiro de 1998, encontra-se em extinção desde 1º de abril de 2000, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura os seguintes benefícios suplementares:

- Aposentadoria por tempo de serviço/velhice;
- Aposentadoria por invalidez;
- Auxílio-doença;
- Pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pela Patrocinadora.

Plano de Benefícios R

Oteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento através da Portaria Nº 880, de 12 de janeiro de 2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R, CEMAT-R e ELÉTRICAS-R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. Assegura benefícios de risco estruturados na modalidade de Benefício Definido a seguir:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação do auxílio-doença;
- Suplementação da pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

Os benefícios são custeados exclusivamente pela CELPA e de forma solidária com as demais patrocinadoras, Centrais Elétricas do Matogrossenses S.A. – CEMAT e as empresas do Grupo Rede Energia.

Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 - Benefício a empregados, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

34 Entidade de previdência privada --Continuação

Plano de Benefícios Celpa-OP

Instituído em 1º de abril de 2000 e assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da renda mensal vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do Participante.

A renda mensal vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos Participantes (90%) e pela Patrocinadora (10%).

Na apuração do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a contribuição da patrocinadora foi de R\$ 4.775 (R\$ 3.373 em 2013).

Plano de assistência médica

Dentre os vários benefícios aos empregados, a Companhia é instituidora de planos de saúde e odontológicos, os quais são descritos a seguir:

Central Nacional Unimed – CNU

Instituído em 1º de maio de 2006, tem por objeto a cobertura de serviços de assistência médico-hospitalar com obstetrícia. O Plano oferece cobertura às pessoas que são vinculadas à pessoa jurídica, podendo ela ser de caráter empregatício, associativo ou sindical. Além disso, é possível a inclusão tão somente de dependentes legais. As mensalidades foram estabelecidas, inicialmente, de acordo com a faixa etária que cada usuário esteja enquadrado. Ocorrendo alteração da idade de qualquer dos usuários que importe em deslocamento para a faixa etária superior, a contraprestação pecuniária sofre aumento automaticamente, no mês seguinte ao aniversário do usuário. Em 04 de dezembro de 2012 o plano sofreu seu 11º aditivo onde o critério por faixa etária foi modificado, introduzindo o conceito de custo médio, onde a aferição da sinistralidade do plano independe da faixa etária, de ativo ou aposentado.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

34 Entidade de previdência privada--Continuação

Unimed Seguro Saúde Empresarial

Instituído em 2010, tem como objetivo garantir aos segurados, incluindo na apólice o reembolso (livre escolha) ou o pagamento diretamente ao prestador dos serviços (quando utilizada a rede referenciada), das despesas médicas e hospitalares efetuadas em consequência de eventos cobertos, decorrentes, de acidentes ou doenças constantes da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com Saúde (CID-10), da Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como seus respectivos procedimentos constantes do Rol de Procedimentos anexo a Resolução ANS, publicada no Diário Oficial da União, que esteja em vigor na data da ocorrência do evento, observada as coberturas, os limites e as exclusões contratuais, bem como as especificações constantes do art. 1º, inciso I, da Lei 9.656/98.

O seguro permite a inclusão de dependentes, tais como cônjuge ou companheiro, filhos solteiros menores de 24 anos, filhos inválidos de qualquer idade, enteado ou menor tutelado, que ficam equiparados aos filhos. É possível também incluir agregados, como: filhos a partir de 24 anos, solteiros, netos solteiros menores de 21 anos e pais.

34.9 Premissas adotadas:

Adotou-se como taxa desconto a interpolação da cotação do título NTN-B com vencimentos em 2024 e 2035 (títulos indexados ao IPCA – IBGE); tendo como base o prazo de pagamento dos benefícios de cada plano, ou seja, os seus *durations* (a média foi de 11,7 anos). O rendimento dos títulos são 6,12% e 6,17%, respectivamente (data base 31/12/2014).

Taxas	2014	2013
Taxa real de desconto – CELPA BDI	6,14%	6,35%
Taxa real de desconto – CELPA BD II	6,13%	6,35%
Taxa real de desconto - Risco	6,15%	6,35%
Taxa real de desconto – Complemento Celpa	6,15%	6,35%
Taxa de crescimento salarial futura	1,00%	2,00%
Taxa de inflação longo prazo	4,50%	4,50%
Fator de capacidade	100%	100%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 M	AT-2000 M
Tábua de mortalidade de inválidos	IBGE 2011, ambos os sexos	IBGE 2011, ambos os sexos
Tábua de entrada em invalidez	Nula	Nula
Tábua de rotatividade	Nula	Nula
Taxa de custos médicos - plano de saúde	3,35%	3,35%

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

34 Entidade de previdência privada--Continuação

34.10 Informação dos participantes:

	Planos de Benefícios			
	CELPA BD- I	CELPA BD- II	CELPA - R	CELPA OP
A.1 - Participantes				
1. Número de participantes	-	9	1.620	1.640
2. Idade média (anos)	-	50	41	41
3. Tempo médio de empresa (anos)	-	20	13	13
4. Prazo médio para aposentar (anos)	-	10	19	19
5. Salário médio de participação (R\$)	-	4.170	3.197	3.138
6. Folha mensal de participação (R\$)	-	37.528	5.178.587	5.146.677
B - Assistidos				
B.1 - Aposentadoria por tempo de serviço				
1. Número de assistidos	250	157	-	77
2. Idade média (anos)	71	74	-	61
3. Benefício médio mensal (R\$)	3.167	1.927	-	2.578
4. Total mensal dos benefícios (R\$)	791.626	302.532	-	198.523
B.2 - Aposentadoria por invalidez				
1. Número de assistidos	2	8	32	-
2. Idade média (anos)	73	62	57	-
3. Benefício médio mensal (R\$)	6.326	1.817	1.777	-
4. Total mensal dos benefícios (R\$)	18.979	14.535	56.852	-
C - Beneficiários Pensionistas				
1. Número de famílias	53	142	21	-
2. Idade média do grupo (anos)	65	68	48	-
3. Benefício médio familiar (R\$)	1.156	833	3.076	-
4. Total mensal dos benefícios (R\$)	61.262	118.229	64.605	-

Os planos de saúde possuem 4.879 titulares e dependentes beneficiários.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

34 Entidade de previdência privada--Continuação

34.11 Movimentação das obrigações atuariais:

A seguir demonstramos a movimentação das obrigações atuariais dos planos de benefícios.

	31/12/2014	31/12/2013
A - EVOLUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS		
1. Valor presente da obrigação no início do ano	209.344	260.522
2. Custo do serviço corrente	647	63
3. Despesa com juros	24.289	21.579
4. Pagamento de benefícios no ano	(20.659)	(17.205)
5. (Ganhos)/Perdas atuariais reconhecidos nas obrigações	28.253	(55.614)
6. Valor presente da obrigação no fim do ano	241.874	209.344
B - EVOLUÇÃO NO VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO		
1. Valor justo dos ativos do plano no início do ano	256.280	280.695
2. Receita com juros	26.706	23.250
3. Pagamento de benefícios no ano	(20.659)	(15.583)
4. Ganhos/(Perdas) atuariais reconhecidos nos ativos do plano	1.898	(32.081)
5. Valor justo dos ativos do plano no fim do ano	264.225	256.280
C - DESPESA - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
1. Custo do serviço	(647)	(63)
2. Juros líquidos (resultado financeiro)	(3.890)	(2.750)
3. Total das despesas ocorridas (1 + 2)	(4.537)	(2.750)
D - OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
1. Saldo no início do ano	2.070	(6.787)
2. Ganho / (Perda) atuarial	5.483	23.533
3. Efeito do limite do ativo	6.848	(14.675)
5. Total de remensurações	12.331	8.857
6. Saldo no fim do ano	14.401	2.070
E - BALANÇO PATRIMONIAL		
1. Valor justo do ativo	264.225	256.280
2. Obrigações atuariais	(241.874)	(209.344)
3. Posição Líquida	22.350	46.935
4. Limite do ativo (Resolução CGPC nº 26/2008)	(70.084)	(72.468)
5. (Déficit) / Superávit passível de reconhecimento	(47.733)	(25.533)
F - VALOR LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO		
1. Posição líquida no início do ano anterior	46.935	20.173
2. Efeito do limite do ativo	(72.468)	(53.372)
3. Saldo passível de reconhecimento em 31/12 do ano anterior	(25.533)	(33.199)
4. Custo do serviço	(647)	(63)
5. Juros líquidos	(3.890)	1.671
6. Diferenças atuariais	(19.773)	23.533
7. Contribuição (patrocinadora e participante)	(275)	1.622
7. Posição líquida em 31/12	22.350	46.935
8. Efeito do limite do ativo	(70.084)	(72.468)
9. Saldo passível de reconhecimento em 31/12	(47.733)	(25.533)

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

34 Entidade de previdência privada--Continuação

34.12 Variação no limite do Ativo:

As movimentações do efeito do teto nos planos estão apresentadas a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
1. Saldo em 31/12/2013	<u>72.468</u>	53.372
2. Juros	4.464	4.420
3. Variação	<u>(6.848)</u>	14.676
4. Saldo em 31/12/2014	<u><u>70.084</u></u>	<u><u>72.468</u></u>

34.13 Ativos dos Planos:

A composição dos ativos do plano está apresentada abaixo:

	<u>BD-I</u>	<u>BD-II</u>	<u>Plano - R</u>	<u>Celipa OP</u>
Títulos públicos	95.535	46.550	6.215	31.932
Títulos privados	40.260	19.245	2.757	47.006
Ações	-	-	45	475
Fundos de investimento	7.709	4.381	4.185	43.506
Investimentos imobiliários	7.351	3.706	-	5.479
Empréstimos	2.039	1.056	148	8.683
Total Nov/2014	<u><u>152.894</u></u>	<u><u>74.938</u></u>	<u><u>13.350</u></u>	<u><u>137.081</u></u>
Valorização no valor justo (estimativa 1 mês)	1.248	612	109	1.119
Contribuições recebidas	-	-	-	-
Benefícios pagos (realizado)	<u>(1.182)</u>	<u>(601)</u>	<u>(57)</u>	<u>(51)</u>
Valor justo Dez/2014	<u><u>152.960</u></u>	<u><u>74.949</u></u>	<u><u>13.401</u></u>	<u><u>138.149</u></u>
Reserva de participantes ativos				(99.101)
Reserva de participantes assistidos				
RMF				(15.241)
Atualização				(891)
Valor justo ativo RMV				<u><u>22.916</u></u>

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

34 Entidade de previdência privada--Continuação

O valor justo do ativo plano Celpa-OP é apurado pela diferença entre o valor justo total dos ativos do plano, excluindo a parcela da modalidade contribuição definida no plano (participantes ativos e os assistidos que optaram pela renda mensal financeira).

O plano R é único para as 03 Patrocinadoras (Celpa, Cemat e Elétricas). O valor justo dos ativos do Plano é composto da seguinte maneira:

Para se definir o valor justo dos ativos para cada Patrocinadora, o valor justo total é proporcionalizado com base nos passivos atuários, que no caso da Celpa é de 30,69%.

34.14 Análise de Sensibilidade:

A análise de sensibilidade da taxa de desconto na posição líquida dos planos em 31 de dezembro de 2014 está apresentada como segue, onde foram definidos dois cenários de (+0,5% e -0,5%):

Teste de sensibilidade	2014			
	Celpa BD-I	Celpa BD-II	Celpa R	Celpa OP
Valor justo dos ativos	152.960	71.213	13.400	22.916
Taxa	6,64%	6,63%	6,65%	6,65%
Valor presente da obrigação	111.978	53.896	21.751	8.084
(Deficit)/Superavit	40.983	17.316	(8.351)	14.832
Variação	4.356	2.061	1.147	365
Taxa	5,64%	5,63%	5,65%	5,65%
Valor presente da obrigação	111.978	53.896	21.751	8.084
(Deficit)/Superavit	40.983	17.316	(8.351)	14.832
Variação	4.356	2.061	1.147	365

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

34 Entidade de previdência privada--Continuação

34.15 Análise de Sensibilidade--Continuação:

Para os planos de saúde, também foram realizados testes de sensibilidade tanto para a taxa de desconto quanto para a taxa de custos médicos em dois cenários de (+0,5% e -0,5%):

Teste de sensibilidade	2014			
	CNU - Custos médicos	CNU - Taxas de desconto	Unimed - Custos médicos	Unimed - Taxa de desconto
Taxa	3,85%	6,64%	3,85%	6,64%
Valor presente da obrigação	13.212	11.261	1.021	904
Variação	715	(1.235)	17	-99
Taxa	2,85%	5,64%	2,85%	5,64%
Valor presente da obrigação	11.840	13.937	947	1.071
Variação	(657)	1.440	(57)	69

A seguir é apresentado o teste de sensibilidade das tábuas utilizadas considerando uma suavização de 10%:

Teste de sensibilidade	2014			
	Celpa BD-I	Celpa BD-II	CELPA R	CELPA OP
Valor justo dos ativos	152.960	71.213	13.400	22.916
Valor presente da obrigação (Deficit)/Superavit	119.476	57.592	22.467	8.611
Variação	33.484	13.621	(9.067)	14.305
	(3.142)	(1.634)	431	(154)

Teste de sensibilidade	2014	
	CNU	Unimed
Valor presente da obrigação	-	-
Variação	(1.440)	(1.072)

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

34 Entidade de previdência privada--Continuação

34.16 Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido:

	Celpa BD-I	Celpa BD-II
1. Pagamentos de benefícios esperados no ano de 2015	11.211	5.659
2. Pagamentos de benefícios esperados no ano de 2016	11.211	5.659
3. Pagamentos de benefícios esperados no ano de 2017	11.211	5.659
4. Pagamentos de benefícios esperados no ano de 2018	11.211	5.659
5. Pagamentos de benefícios esperados no ano de 2019	11.166	5.624
6. Pagamentos de benefícios esperados nos anos entre 2020 e 2030	60.309	27.132

34.17 Despesas e fluxos de caixa futuro:

Fluxo de caixa estimado para 2015	BD - I	BD - II	R	OP	CNU	Unimed
1. Contribuições da patrocinadora	-	-	-	-	-	-
2. Contribuições do patrocinado	-	-	-	-	-	-
3. Benefícios concedidos	11.211	5.659	1.745	1.398	-	-
					-	
Despesa estimada para 2015	BD - I	BD - II	R	OP	CNU	Unimed
1. Custo do serviço corrente	-	38	-	-	830	110
4. Contribuições do patrocinado	-	-	-	-	-	-
5. Custo do serviço total	-	38	-	-	830	110
4. Custo de juros	(12.103)	(5.802)	(2.409)	(849)	(1.364)	(107)
5. Retorno do ativo	16.101	7.873	1.371	2.430	-	-
6. Juros sobre o limite	(3.998)	(2.071)	-	(1.581)	-	-
7. Juros líquidos	-	-	(1.038)	-	(1.364)	(107)

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

35 Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em seus contratos de financiamento (*covenants*).

b. Política de utilização de derivativos

A Equatorial apenas utiliza operações com derivativos para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras, ambos através de operações de SWAP.

Atualmente, a Equatorial possui duas operações SWAP, sendo uma com o BTG Pactual e outra com a sua controlada direta CELPA.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

35 Instrumentos financeiros--Continuação

c. Valor justo dos instrumentos financeiros (Consolidado)

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão identificados a seguir:

	Consolidado			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	280.098	280.098	350.885	350.885
Investimento de curto prazo	1.683.565	1.683.565	1.262.132	1.262.132
Contas a receber de cliente	1.574.745	1.550.269	1.006.085	1.006.085
Ativo financeiro de concessão	1.565.973	1.565.973	1.195.743	1.195.743
Depósitos judiciais	156.193	156.054	139.559	139.559
Sub-rogação da CCC - Valores Aplicados	113.255	113.255	185.689	185.689
Instrumentos financeiros derivativos	73.413	73.413	4.519	4.519
Total ativo	5.447.242	5.422.627	4.144.612	4.144.612
Passivo				
Fornecedores	1.139.843	1.139.843	674.714	674.714
Empréstimos e financiamentos	3.857.609	3.857.609	2.925.578	2.925.578
Debêntures	517.284	507.628	300.059	304.541
Total passivo	5.514.736	5.505.080	3.900.351	3.904.833

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

35 Instrumentos financeiros--Continuação

c. Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

- **Investimentos de curto prazo** – são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.
- **Contas a receber de clientes**– decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Ativo financeiro de concessão** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.
- **Fornecedores** – Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos**– os empréstimos e financiamentos tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.
- **Debêntures** - são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizadas pelo seu valor amortizado.
- **Instrumentos financeiros derivativos** – são classificados pelo valor justo através do resultado têm como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

35 Instrumentos financeiros--Continuação

d. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros da Companhia são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexadas ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco. Desta forma classificamos todos os nossos investimentos financeiros como equivalentes de caixa.

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475

Por ser uma holding, os principais riscos da Companhia estão relacionados ao desempenho das suas Controladas e controlada em conjunto. Conforme a Instrução nº 475 da CVM, os fatores de risco foram detalhados conforme demonstrado abaixo:

- **Risco de crédito**- Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.
- **Risco de liquidez** - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 19 e 20.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

35 Instrumentos financeiros--Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam a Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

- **Riscos de mercado** – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas ou taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado.
- **Risco Cambial**– Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição da controlada CEMAR ao câmbio é de 0,4% de sua dívida. A controlada CEMAR monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A sensibilidade desta dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM. Um cenário com taxas reais verificadas 31 de dezembro de 2014 (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

35 Instrumentos financeiros--Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Incluimos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R\$ Mil	
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%	Cenário IV - 25%	Cenário V - 50%	
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	USD	(78.693)	(326.006)	(573.319)	168.619	415.932	
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 31/12/2014	+25%	+50%	-25%	-50%	
Dólar USD/R\$		2,66	3,32	3,98	1,99	1,33	

- **Risco de vencimento antecipado-** A controlada CEMAR possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento.
- **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros-** As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no Endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da controlada CEMAR foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2014 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluimos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

35 Instrumentos financeiros--Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%	Cenário IV - 25%	Cenário V - 50%
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações Financeiras	CDI	113.481	141.851	170.222	85.111	56.741
PASSIVOS FINANCEIROS						
	CDI	(67.013)	(77.641)	(88.268)	(56.385)	(45.758)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	TJLP	(31.788)	(36.686)	(41.584)	(26.889)	(21.991)
	IGP-M	(21.001)	(24.358)	(27.715)	(17.643)	(14.286)
	IPCA	(25.021)	(28.236)	(31.452)	(21.806)	(18.590)
Referência para ATIVOS e PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 31/12/2014	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		10,81	13,52	16,22	8,11	5,41
TJLP (% 12 meses)		5,00	6,25	7,50	3,75	2,50
IGP-M (% 12 meses)		3,69	4,61	5,53	2,76	1,84
IPCA (% 12 meses)		6,41	8,01	9,61	4,81	3,20

O Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido da controlada CEMAR é demonstrado abaixo:

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido		R\$ Mil	
Cenários	Impacto no resultado	Impacto no lucro	
Cenário Provável	-	-	
Cenário II	(63.134)	(63.134)	
Cenário III	(126.269)	(126.269)	
Cenário IV	63.134	63.134	
Cenário V	126.269	126.269	

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

35 Instrumentos financeiros—Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

O Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido da controlada CELPA é demonstrada abaixo:

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido

Cenários	Resultado do exercício (Lucro / Prejuízo)	Patrimônio líquido
Cenário Provável	-	-
Cenário II	(204.695)	(148.915)
Cenário III	(389.746)	(290.017)
Cenário IV	165.409	197.529
Cenário V	350.460	426.530

De acordo com o CPC 40, apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, que podem ser assim resumidos:

Instrumentos derivativos consolidado:

Operações passivas		Valor justo
Objetivo de hedge de risco de mercado (a)	Indexadores	31/12/2014
Swap ITAU		
Ponta ativa	US\$	47.093
Ponta passiva	CDI	(15.291)
TOTAL		31.802

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

35 Instrumentos financeiros--Continuação

e. *Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação*

- **Risco de Escassez de Energia** - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

A Companhia e suas controladas administram o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operação do Grupo:

- Dívida Líquida / EBITDA
- Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo / Dívida Total

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

36 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia das controladas CEMAR e CELPA são os seguintes:

- **CEMAR:**

Energia Contratada	Vigência	2014	2015	2016	2017	2018	Após2018
	2014 a 2032	835.204	975.616	1.242.714	1.325.413	1.373.085	39.585.824

- **CELPA:**

Energia Contratada	Vigência	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018
	2011a 2042	1.197.971	1.689.866	1.799.174	2.154.465	2.559.633	2.569.942	55.487.771

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

37 Segmento de negócios

Os segmentos operacionais da Companhia são internamente organizados principalmente como entidade jurídica. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Serviços, Comercialização e Administração central e outros.

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

	Distribuição		Serviços / Comercialização		Administração Central e outros		Eliminações e ajustes		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativos Operacionais	10.648.392	8.161.786	93.685	53.733	3.000.100	2.390.880	(2.505.156)	(1.502.902)	11.237.021	9.103.497
Passivos Operacionais	8.588.038	6.709.851	52.220	29.615	68.384	36.709	(1.012.495)	(520.323)	7.696.147	6.255.852
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita líquida	6.471.396	4.463.768	302.057	250.406	-	862	-	-	6.773.453	4.715.036
Custo dos serviços	(4.184.954)	(3.448.215)	(258.059)	(224.679)	-	-	-	-	(4.443.013)	(3.672.894)
Lucro bruto	2.286.442	1.015.553	43.998	25.727	-	862	-	-	2.330.440	1.042.142
Despesas com vendas	(266.857)	(248.717)	-	-	-	-	-	-	(266.857)	(248.717)
Despesas gerais e administrativas	(1.129.155)	(469.754)	(8.083)	(9.794)	(24.804)	(37.547)	(1.309)	-	(1.163.350)	(517.095)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	585.144	45.151	(561.421)	(28.304)	23.723	16.847
Amortização do Agio	-	-	-	-	(1.116)	(4.612)	-	-	(1.116)	(4.612)
	890.430	297.082	35.915	15.933	559.224	3.854	(562.730)	(28.304)	922.840	288.565
Receita financeira	864.121	400.345	4.328	1.314	83.573	87.127	(49.898)	(15.405)	902.124	473.381
Despesa financeira	(1.161.420)	(696.786)	(253)	(527)	(1.257)	(10.571)	49.898	15.405	(1.113.032)	(692.479)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	593.131	641	39.990	16.720	641.540	80.410	(562.730)	(28.304)	711.932	69.467
Imposto de renda e contribuição social	86.769	27.134	(14.554)	(6.311)	(3.784)	(11.773)	199	-	68.630	9.050
Lucro antes das participações dos não controladores	679.900	27.775	25.436	10.409	637.756	68.637	(562.531)	(28.304)	780.562	78.517
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	(12.881)	(5.037)	-	-	(129.925)	(4.843)	(142.806)	(9.880)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício por segmento	679.900	27.775	12.555	5.372	637.756	68.637	(692.456)	(33.147)	637.756	68.637

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

38 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Equatorial e pela controlada CEMAR estão demonstrados a seguir:

- **EQUATORIAL:**

Riscos	Vencimento das Apólices	Importância Segurada
D&O Geral	29/11/2015	30.000
Empresarial - Escritório	22/04/2015	1.580

- **CEMAR:**

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	01/01/2016	190.316
Responsabilidade Civil Geral - Operações	01/01/2016	7.000
Seguro Garantia Judicial	(a)	19.155
Seguro Garantia Leilão de Energia	(b)	592
Automóvel	31/01/2015	(c)

(a) 38 apólices com vencimentos entre janeiro de 2015 a junho de 2016.

(b) 3 apólices com vencimentos entre agosto de 2015 a novembro de 2015.

(c) 112 veículos segurados.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame de demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

38 Seguros--Continuação

- **CELPA:**

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Ramo do Seguro	Vencimento das Apólices	Importância Segurada
Responsabilidade Civil Geral - Operações	30/12/2015	7.000
Riscos operacionais	30/12/2015	346.721
Automóvel (a)	30/12/2015	-

39 Eventos subsequentes

Em 29 de janeiro de 2015 a controlada CELPA efetuou a renegociação de dois empréstimos em moeda estrangeira atreladas a operações de swap com o Citibank, no montante de US\$ 76.502 e US\$ 35.971 respectivamente e vencimentos em novembro/2015. As operações foram substituídas por uma única operação num total de US\$ 112.473, equivalentes a R\$ 293.613, a vencer em fevereiro/2018.

Conselho de Administração

Alessandro Monteiro Morgado Horta

Eduardo Saggioro

Carlos Augusto Leone Piani

Celso Fernandez Quintella

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Gilberto Sayão da Silva

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Conselho Fiscal

Efetivos

Felipe Sousa Bittencourt

Paulo Roberto Franceschi

Sergio Passos Ribeiro

Diretoria Executiva

Ana Marta Horta Veloso
Diretora

Eduardo Haiama
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Firmino Ferreira Sampaio Neto
Diretor Presidente

Tinn Freire Amado
Diretor

Felipe Oppenheimer Pitanga Borges
Diretor

Luiz Otávio Bianchini Laydner
Diretor

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-S-MA

Relatório da Administração

A Administração da Equatorial Energia S.A., em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações financeiras e as demonstrações financeiras consolidadas, com as respectivas notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014. As informações não financeiras da Companhia e suas controladas, as relacionadas ao programa “Luz para Todos” (PLPT), o Balanço Social, assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e suas controladas não foram revisadas pelos auditores independentes.

01. Perfil da Companhia

Visão Geral

A Equatorial Energia é uma *holding* com atuação no setor elétrico.

No segmento de distribuição, a Equatorial Energia controla a Cemar (Companhia Energética do Maranhão), única concessionária do Estado do Maranhão, que possui área de atuação de 332 mil km² - cerca de 3,9% do território brasileiro - e abrange cerca de 6,5 milhões de habitantes – ou 3,3% da população do Brasil. Ainda no mesmo setor, a Companhia controla a Celpa (Centrais Elétricas do Pará), única concessionária do Estado do Pará, que possui área de atuação de 1.248 mil km² - cerca de 6,3% do território brasileiro - e abrange cerca de 7,6 milhões de habitantes – ou 4,0% da população do Brasil.

No segmento de geração, a Equatorial detém 25% de participação na Geramar, sociedade responsável pela operação de 2 usinas termoelétricas localizadas no Maranhão, com capacidade instalada conjunta de 330MW, e em operação comercial desde o 1º trimestre de 2010.

Desde novembro de 2011, no segmento de comercialização, a Equatorial passou a deter, indiretamente, por meio da sua subsidiária Equatorial Soluções S.A, 51% de participação na Sol Energias, empresa comercializadora de energia e desenvolvedora de novos produtos e serviços.

Em novembro de 2012, a Equatorial adquiriu o controle societário da Celpa – Centrais Elétricas do Pará S.A. – companhia em recuperação judicial, cujo Plano de Recuperação Judicial foi aprovado em setembro de 2012. Já em dezembro, a Equatorial aumentou o capital da Celpa em R\$351,0 milhões.

Em dezembro de 2012, a Equatorial concluiu sua operação de aumento de capital (*follow on*) no mercado, através do qual captou liquidamente pouco mais de R\$1,1 bilhão.

02. Destaques de 2014

- ▶ O volume total de energia faturada da Cemar cresceu 7,9% em 2014 em relação a 2013. O volume total distribuído pela Celpa (mercados cativo e livre) cresceu 11,7% no período.
 - ▶ A receita operacional líquida (ROL) de 2014 atingiu R\$6.773 milhões, crescendo 43,7% em relação à ROL de 2013, o que reflete a contabilização dos ativos regulatórios líquidos e o crescimento da receita de construção consolidada.
 - ▶ Em 2014, o EBITDA somou R\$1.299 milhões, crescimento de 121% em relação ao valor apresentado em 2013.
 - ▶ No ano, o Lucro Líquido somou R\$578 milhões, ante R\$ 69 milhões apresentados em 2013.
 - ▶ Em 2014, os investimentos consolidados da Equatorial totalizaram R\$1.308 milhões já considerando os investimentos realizados através do Programa Luz Para Todos.
 - ▶ No encerramento de 2014, os índices de DEC e FEC da Cemar (acumulados dos últimos 12 meses) foram de 17,0 horas, melhora de 10,2%, e 11,0 vezes, piora de 1,1%, quando comparados aos índices observados ao final de 2013. Na Celpa, estes mesmos indicadores encerraram o ano com melhoras de 33,4% e 21,1%, respectivamente.
 - ▶ Na Cemar, as perdas de energia dos últimos 12 meses encerrados em 2014 representaram 17,6% da energia requerida, com redução de 1,6 p.p. em relação aos 19,2% verificados em 2013. Na CELPA, as perdas totais encerraram o ano em 31,2% da energia requerida, representando aumento de 4,3 p.p. em relação aos 35,5% verificados em 2013.
 - ▶ A proposta da Administração da Companhia é a distribuição de R\$ 152.804 mil em dividendos, parcela que já considera os R\$ 59.534 mil em Juros Sobre Capital Próprio anunciados pela Companhia em 19 de dezembro de 2014. O valor total a ser distribuído representa R\$ 0,77 por ação.
-

03. Mensagem do Presidente

2014 foi um ano de consolidação de resultados na Equatorial Energia. Completamos 2 anos da aquisição do controle da CELPA, distribuidora de energia que abastece todo o Estado do Pará, onde obtivemos significativa melhoria nos seus indicadores de qualidade. Na Cemar, onde completamos 10 anos de gestão, seguimos realizando investimentos, visando atender o forte crescimento do mercado consumidor, mantendo os excelentes níveis dos indicadores de qualidade e universalizando o acesso à energia elétrica.

Do ponto de vista financeiro, seguimos a trajetória de recuperação dos resultados da CELPA, o que impacta os resultados consolidados da Equatorial, e atingimos as marcas de R\$1.299 milhões de EBITDA no ano e de R\$ 578 milhões de lucro líquido.

Tanto Cemar como CELPA permanecem com elevado nível de investimentos em 2014, tendo investido, de maneira consolidada, R\$1.308 milhões no ano, com foco em expansão e manutenção de suas redes de distribuição, e melhoria na qualidade do fornecimento.

Esse elevado nível de investimentos permitiu que a Cemar mantivesse seus excelentes níveis de DEC e FEC ao longo de 2014, onde mesmo apesar do forte crescimento de seu mercado consumidor, DEC e FEC encerraram o ano em 17,0 horas e 11,0 vezes. Na CELPA, estes indicadores novamente melhoraram de forma significativa, com o DEC atingindo 49,0 horas (melhoria de 33,4%) e o FEC atingindo 30,0 vezes (melhoria de 21,1%).

Outro ponto de destaque é o contínuo sucesso do programa de combate às perdas na Cemar que conseguiu reduzir as perdas totais da companhia em 1,6 ponto percentual neste ano. Nos últimos anos, a queda é ainda maior. Encerramos 2008 com perdas de 28,9%, caindo para 17,6% ao final de 2014. Quanto a CELPA, em 2014 consolidamos a tendência observada no último trimestre de 2013, com a queda de suas perdas de energia, que representaram 31,2% da energia requerida, queda de 5,3 pontos percentuais em relação ao maior ponto observado no ano anterior.

Ainda temos um longo caminho pela frente para recuperação dos indicadores operacionais e financeiros da CELPA, mas, com base nos resultados obtidos em 2014, estamos otimistas que trilhamos o caminho certo. Na Cemar, seguimos buscando melhorias de produtividade através do controle eficiente de custos e excelência nos processos internos.

Agradecemos a todos os nossos colaboradores, acionistas, fornecedores e parceiros pelo apoio e confiança ao longo desses anos.

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Diretor-Presidente

04. Gestão dos Negócios

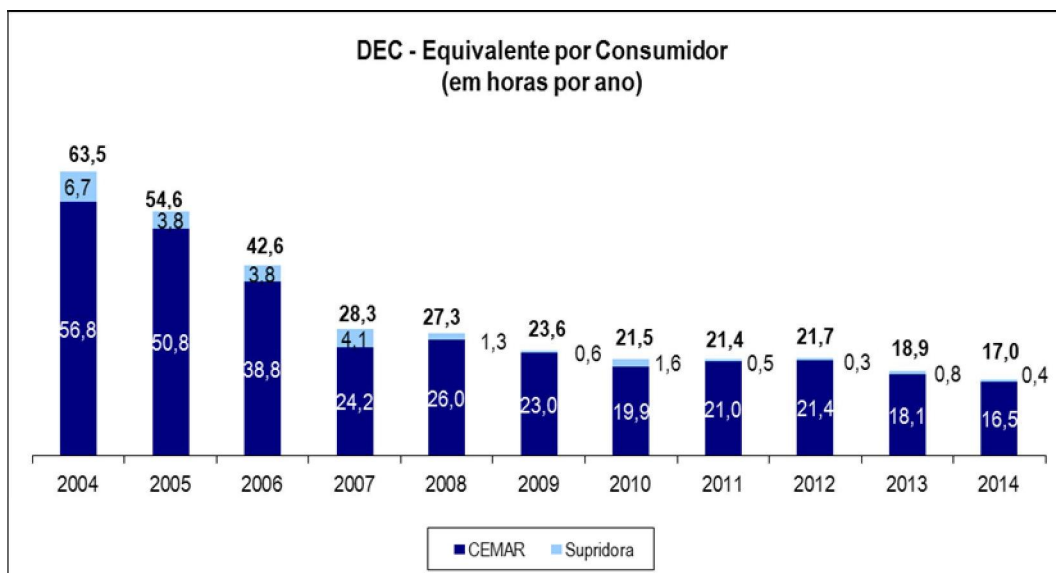
4.1 Qualidade

Cemar

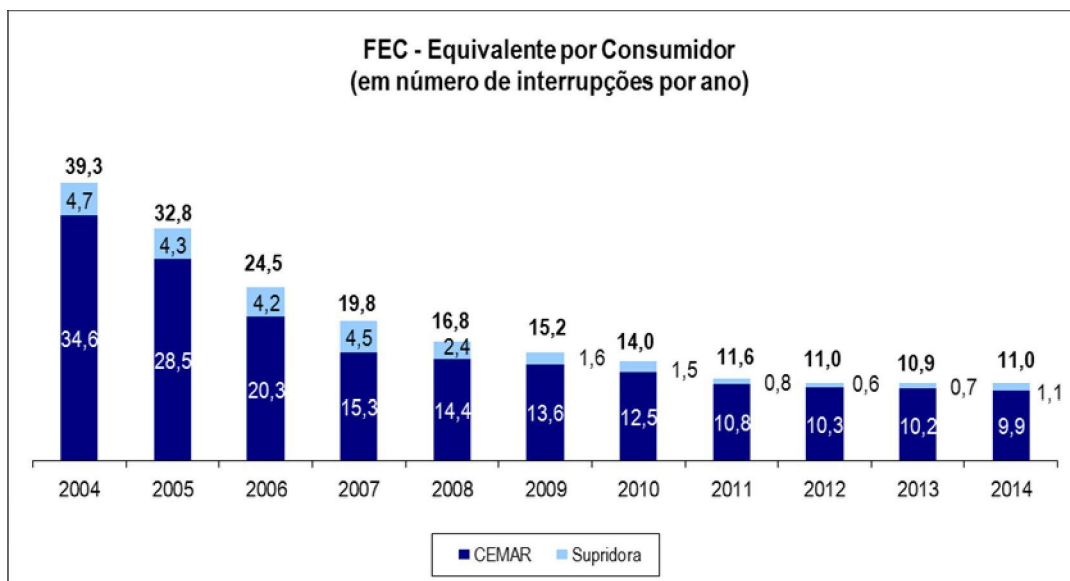
DEC e FEC

Ao longo dos últimos anos, a Cemar apresentou melhoras significativas na qualidade técnica do seu serviço, reduzindo expressivamente a duração e a frequência de interrupções no fornecimento de energia.

Em 2014, o DEC (Duração Equivalente por Consumidor) da Companhia, que mede a duração média das interrupções, em horas por consumidor por período, diminuiu 10,2% em relação ao ano anterior, atingindo 17,0 horas. Em comparação ao índice de 2004, essa melhora foi de 73,2%.



Já o FEC (Frequência Equivalente por Consumidor), que mede a frequência das interrupções, em vezes por consumidor por período, aumentou 1,1% na comparação com o índice de 2013, atingindo 11,0 vezes. Entretanto, se excluirmos o indicador da Supridora, veremos que o FEC da Cemar reduziu-se de 10,2 vezes para 9,9 vezes na comparação de 2013 com 2014. Em relação a 2004, tal queda foi de 72,0%.



Celipa

DEC e FEC

INDICADOR	2014	2013	Var. %
DEC	48,96	73,47	-33,4%
FEC	29,97	37,99	-21,1%

O indicador de qualidade DEC apresentou uma redução de 33,4% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou uma redução de 21,1% em relação ao exercício anterior. O grande diferencial foi a implementação do novo modelo de gestão que imprimiu um novo ritmo de trabalho baseado em resultados, estabelecendo metas e desafios, o que motivou os colaboradores de todas as áreas da empresa.

4.2 Combate às Perdas

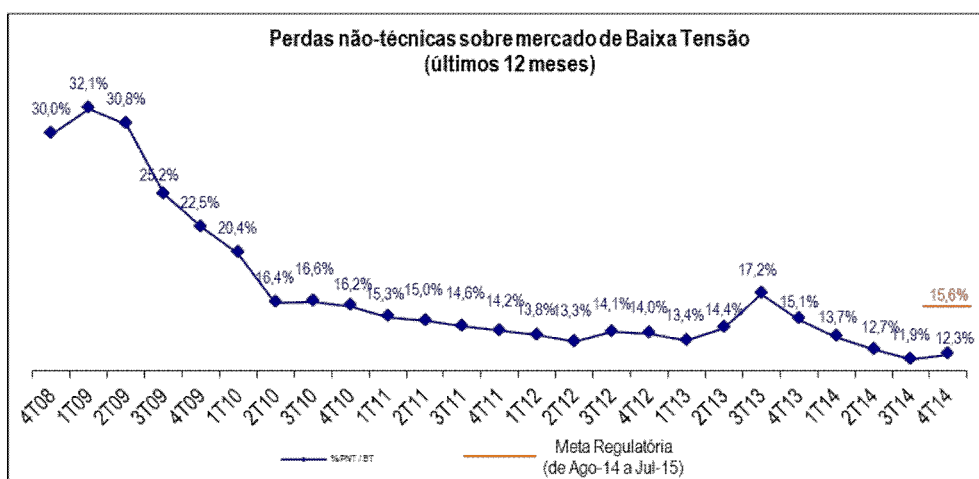
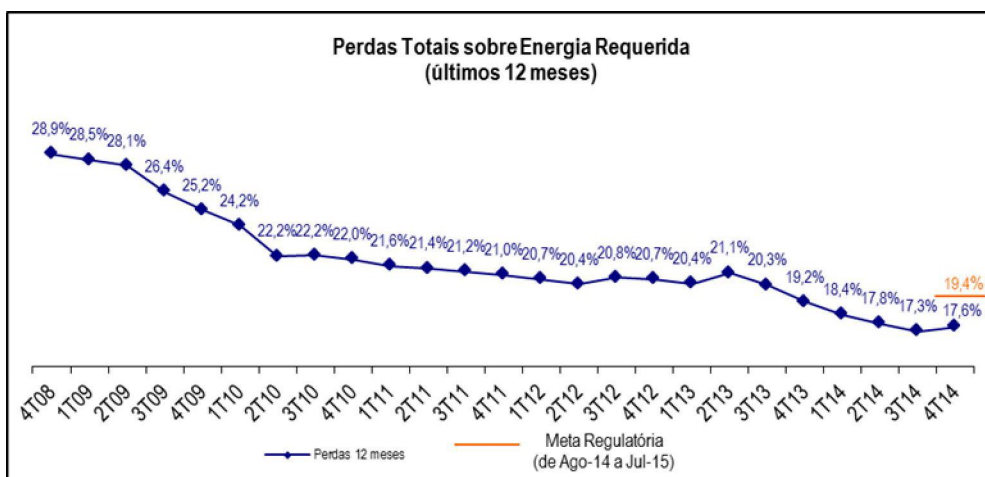
Cemar

Em 2008, a reestruturação da Gerência de Combate às Perdas foi essencial para a revisão dos processos, desde a seleção de pessoas, treinamento, adequação dos procedimentos internos (aderentes às normas regulatórias e judiciais), até a padronização de atividades e abordagem ao cliente. Esta transformação e a criação do Comitê de Perdas, onde todos os envolvidos no processo prestavam contas de suas ações em reuniões semanais, refletiram desde o início de 2008, quando deu se o início do projeto de redução das perdas, até Dezembro de 2014, redução de 11,3 p.p. em perdas acumuladas.

Em 2014, a estratégia de Combate às Perdas foi mantida, alcançando o índice de 17,6% nas perdas globais que, se comparado a 2013, melhorou 1,6 p.p. Em relação às perdas não-técnicas sobre o

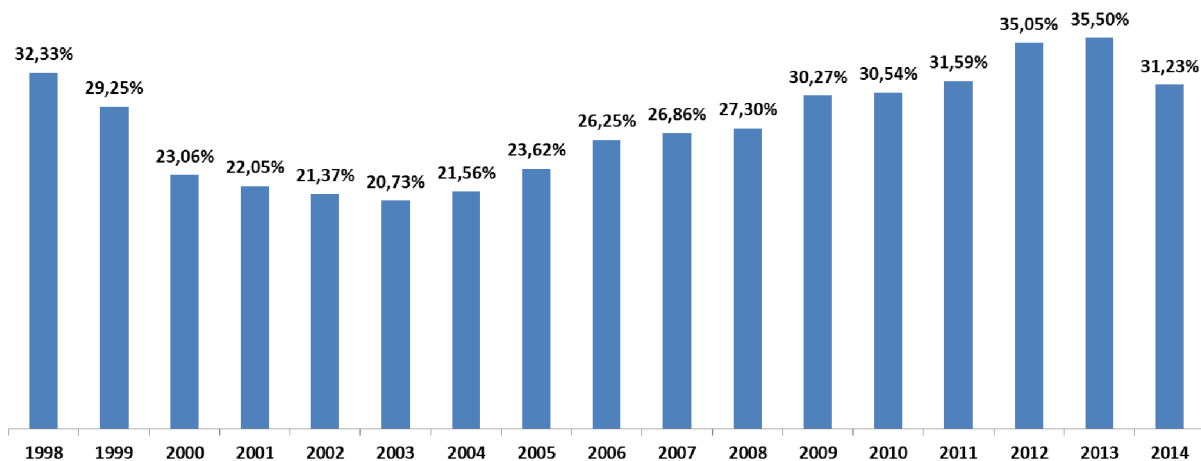
mercado de baixa tensão, a Cemar atingiu o percentual de 12,3% em 2014, apresentando melhora de 2,8 p.p se comparado à 2013.

A quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Cemar alcançou o patamar de 6.936 GWh e o faturamento atingiu 5.713 GWh, crescimento de 5,9% e 7,9%, respectivamente, em relação a 2013. As perdas de energia registradas pela Companhia em 2013 totalizaram 1.223 GWh.



Celipa

Calculada pela diferença entre o consumo e a energia requerida, as perdas totais em 2014 foram de 3.693 GWh, o que corresponde a 31,23%, portanto 4,27 pontos percentuais abaixo do apurado em 2013.



Índices calculados a partir do mercado faturado (fio)

Após a criação do Programa de Redução de Perdas de Energia Elétrica em 2013, baseado na experiência bem sucedida da Cemar, e utilizando a estratificação da Matriz Preliminar de Perdas, a CELPA direcionou o foco no ano de 2014 para a execução de ações estruturantes, algumas das quais citadas abaixo:

- Treinamento de equipes de inspeção;
- Seleção de equipes para fiscalização e inspeção das unidades do Grupo A;
- Atualização da frota das equipes de inspeção do Grupo A;
- Melhoria dos controles e ações para redução de custos;
- Reformulação do combate às perdas no SMC (Sistema de Medição Centralizada);
- Contratação de equipes para troca do padrão CP-REDE pelo padrão convencional;
- Criação de grupo especial de autuações com foco em grandes clientes do grupo B;
- Implementação da estrutura de Líderes CELPA para gestão compartilhada de equipes das parceiras;
- Implementação da Função Medição;
- Fortalecimento da área de gestão e análise;
- Criação de metas compartilhadas com empresas parceiras com reflexo na bonificação destas;
- Combate às perdas em áreas outrora abandonadas pela CELPA.

As ações implementadas em 2014 foram elaboradas a partir de três documentos. O primeiro, Plano Diretor de Combate Às Perdas, que estabelece as diretrizes e ações no âmbito de concessão da CELPA, definindo claramente as ações para cada uma das Regionais em função do potencial de recuperação e das características de cada Regional. O segundo, Plano Geral de Combate Às Perdas, descreve as ações gerais do Plano Diretor de Combate Às Perdas Não Técnicas, representando macro ações e a consolidação dos procedimentos executados pelas regionais. Por fim, o Plano Regional de Combate Às Perdas que descreve de forma operacional o andamento de cada ação específica contida no Plano Geral.

Destacamos a seguir o resultado das ações realizadas nos planos de combate às perdas em 2014:

- Regularização de 52.299 clientes em área de gambiarra sendo necessária a realização de extensão de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção e fiscalização de 5.413 clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Instalação de 1.695 equipamentos de telemedição em clientes com fornecimento em média tensão que permitirão o monitoramento em tempo real dos consumos e demandas das unidades, bem como o diagnóstico de eventuais irregularidades no sistema de medição;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública - IP - de 143 municípios;
- Inspeção e fiscalização de 287.861 clientes com fornecimento de energia em baixa tensão;
- Regularização de 35.568 clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 35.492 clientes DS - Desligado no Sistema - auto religados de forma irregular;
- Regularização de 7.266 clientes LD - Ligado Direto - com a instalação do respectivo medidor;
- Regularização de 88.802 clientes com o faturamento pelo mínimo da fase.

O índice de perdas, conforme o planejado, apresentou uma trajetória de queda sustentável durante 2014 demonstrando a eficiência e aderência ao modelo aplicado.

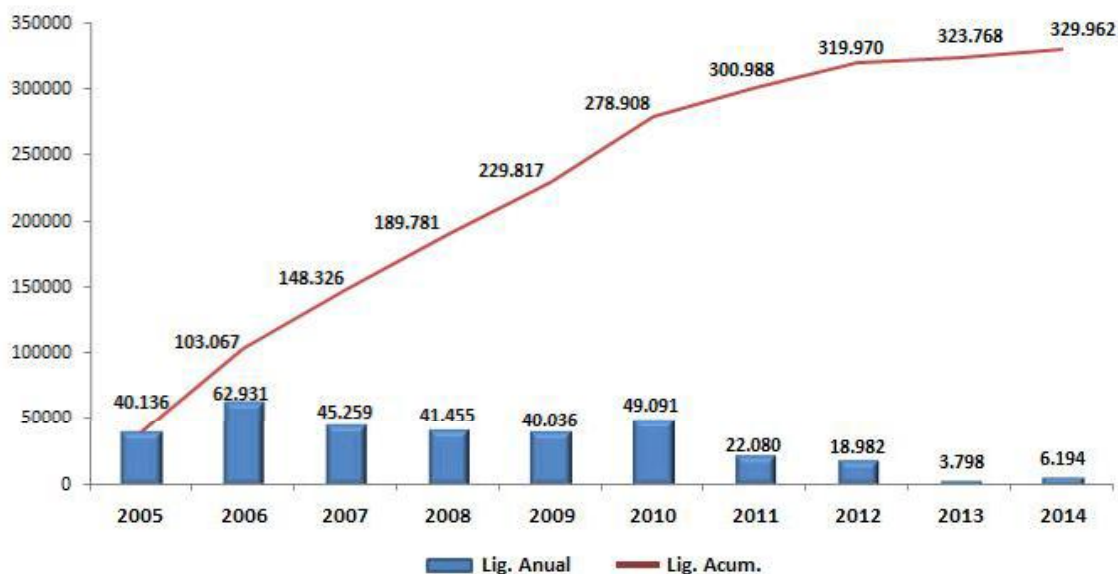
05. Programa Luz Para Todos

Cemar

Lançado em 2004 pelo Governo Federal, o "Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos" (PLPT) tem como objetivo levar energia elétrica para a população do meio rural, de modo a estimular o desenvolvimento sócio-econômico destas regiões que, geralmente, apresentam baixo desempenho no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

A Cemar desempenha o papel de agente executor do Programa no Maranhão. O Estado está inserido entre os 04 maiores programas do país, representando 10% de todo o volume de ligações executadas pelo Programa Luz para Todos no Brasil. Para atingir suas metas, a Companhia estruturou sólidas parcerias comerciais com contratação de mão-de-obra terceirizada, que envolvem mais de 11 empresas de engenharia e mais de 580 pessoas direta e indiretamente.

Em 31 de dezembro de 2014, a Cemar alcançou a marca histórica de 329.962 famílias ligadas à rede de distribuição de energia elétrica através do PLPT, gerando um benefício direto para aproximadamente 1,65 milhão de habitantes. O PLPT já está presente em 100% dos 217 municípios maranhenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o ano de 2014, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos contábeis com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 74,7 milhões.



Celpa

PROGRAMA LUZ PARA TODOS ("LPT") e PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO: em 2014, a companhia investiu R\$ 220,4 milhões. A principal característica desses Programas é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estado e Fonte Própria.

06. Assuntos Regulatórios

Cemar

Reajuste Tarifário Anual de 2014

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 1.784, de 26 de agosto de 2014 homologou os resultados reajuste tarifário anual de 2014 – RTA da Cemar. Como resultado do processo as tarifas da Cemar foram em média, reajustadas em 26,16% (vinte e seis vírgula dezesseis por cento), sendo 19,02% (dezenove vírgula zero dois por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 7,14% (seis vírgula catorze por cento) relativos aos componentes financeiros, e estarão em vigor no período de 28 de agosto de 2014 a 27 de agosto de 2015. Adicionalmente, cumpre destacar que conforme trajetória fixada na RTP 2013, o nível de perdas não técnicas sobre o mercado faturado de baixa tensão considerado para fins tarifários foi reduzido de 15,93% para 15,64%, valor este que vigora até 27 de agosto de 2015.

Celipa

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.578 de 06 de agosto de 2013, com vigência a partir de 07 de agosto de 2013, prorrogou a vigência das tarifas da CELPA, a serem aplicadas no período de agosto de 2013 a julho de 2014, discriminadas no Anexo da referida Resolução Homologatória nº 1.035.

Em 05 de agosto de 2014, por meio da Resolução Homologatória nº 1.769/2014 a ANEEL homologou as tarifas da CELPA para aplicação no período de 7 de agosto de 2014 a 06 de agosto de 2013, na ocasião o reajuste médio percebido pelo consumidor foi de 34,96%. As tarifas estão discriminadas no anexo da referida resolução.

07. Relatório de Ações Sociais

Cemar

Apoiar, contribuir e transformar. Estas são palavras que fizeram parte do vocabulário da Cemar em 2014. Com foco no desenvolvimento local e impulsionada pela sua Plataforma de Sustentabilidade, a Companhia pode contribuir significativamente com iniciativas e comunidades que necessitam de parcerias que possam transformar as suas realidades.

Conseguimos, assim, reduzir riscos, evitar impactos sociais negativos e gerar resultados positivos por meio do relacionamento com as comunidades onde desenvolvemos atividades. Conhecendo a realidade que nos cerca, asseguramos a inserção social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, sempre respeitando a diversidade.

Em 2014, a Cemar executou os projetos aprovados no Edital de Seleção de Projetos do programa Energia Social e disponibilizou o que é o maior Investimento Social Privado da empresa, R\$2,6 milhões foram investidos em projetos que efetivamente contribuíram com as localidades do estado. Foram executados reformas/ construção em instituições sociais com foco em Educação e Geração de Renda em 7 municípios no Maranhão.

Agora, temos como meta ser referência em sustentabilidade na gestão dos negócios, contribuindo para o desenvolvimento do nosso Estado. Nossa preocupação se estende em todas as esferas: também desenvolvemos projetos relacionados ao nosso produto, conscientizando nossos clientes sobre o uso correto e eficiente da energia elétrica. Fomos pioneiros no desenvolvimento de um programa ambiental em nosso Estado, o ECOCEMAR que troca resíduos recicláveis por bônus na conta de energia.

Além disso, a Lei de Incentivo trouxe resultados significativos na nossa forma de ver cultura e Esporte. Hoje temos projetos que incentivam a cultura, esporte, educação, geração de renda e oportunidade de trabalho, dando uma especial atenção à educação para a qualificação profissional. Desta forma, fazemos nossa parte como empresa genuinamente maranhense, e contribuimos efetivamente para o desenvolvimento do nosso país, foram mais de R\$14 milhões investidos beneficiando mais de 500 mil pessoas.

O Fruto desse trabalho é o crescimento histórico que tivemos no Ranking do Prêmio de Responsabilidade Social promovido pela ABRADÉE, hoje estamos na 10ª posição. Desenvolvemos um trabalho consolidado de monitoramento e auto avaliação por meio dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social, que foi verificado pela Abradee e respaldado pelo Comitê de Sustentabilidade da Companhia.

Entre os programas sociais em que a Cemar está envolvida, destacam-se:

- Energia Voluntária - É o Programa de Voluntariado da Cemar, que consiste em um conjunto de ações realizadas pela Companhia para incentivar e apoiar o envolvimento dos colaboradores em atividades voluntárias, através da realização de palestras educativas, atividades sociais e lúdicas nas comunidades do Estado. Em 2014 foram mais de 245 horas dedicadas ao trabalho, com 25% dos colaboradores envolvidos. A Companhia incentiva os colaboradores por meio de Campanha Interna de Incentivo, premiando aqueles que mais dedicarem horas ao trabalho voluntário.

Energia na Comunidade - Canal direto de relacionamento com a comunidade, com diversas frentes de atuação, o programa está presente em todo estado, através dos Agentes da Comunidade, oferecendo atendimento de qualidade, promovendo cultura e lazer, realizando atividades culturais e levando informações sobre economia de energia e segurança com energia elétrica. Em 2014 foram 1978 ações sociais, tendo impactado diretamente e indiretamente 90 mil pessoas. As ações sociais incluem palestras, programas de visitas, entrevistas em rádios e tv's, blitz, troca de lâmpadas, carreatas, cadastro tarifa baixa renda, entre outros. Foi por meio do Programa que foram realizados 14 Fóruns de Liderança Comunitária. O objetivo inicial é criar com líderes comunitário um canal de diálogo direto com os mesmos.

Programa de Capacitação Profissional - O Programa tem como objetivo capacitar pessoas de baixa renda com foco no ingresso do mercado de trabalho. Durante o ano de 2014, foram oferecidos 26 cursos de Capacitação Profissional em parceria com a FIEMA/SENAI em 9 municípios do estado, capacitando no total de 545 pessoas. Os cursos foram ofertados para as comunidades por meio do relacionamento dos Agentes de Comunidade com lideranças comunitárias e a Imprensa. Sendo os cursos realizados: Eletricista, Eletrotécnica, Pedreiro, Classificador de Grãos, Auxiliar Administrativo, Inclusão Digital. Foram encaminhados ao mercado de trabalho 24 alunos formados.

Projetos Culturais e Esportivos – Promover o contato e a prática com o campo cultural, contribuir para a melhoria da qualidade de vida, promover maior acesso à cultura e a prática da cidadania, além de

incentivar a prática desportiva como forma de inclusão social, investindo assim a Cemar dá sua contribuição para a melhoria dos indicadores do nosso Estado. Com o apoio das leis de incentivo a cultura e esporte a Cemar investiu mais de 13 milhões em projetos de inclusão sociocultural e esportivo, impactando mais de 300 mil pessoas. Hoje a Companhia é uma empresa referência em cultura e esporte no Estado.

Os projetos apoiados atualmente são caracterizados pela introdução ao esporte para cidadania, escolas de músicas, eventos esportivos e culturais abertos ao grande públicos, representatividade do Maranhão para todo o país, valorização da cultura local, entre outros. Entre os projetos investidos estão equipe representante do estado na Super Liga de Vôlei, o Maranhão Vôlei/Cemar, Escola de Futebol Esporte é Cidadania, Judô no Jaracaty, Projeto BR Musical, Cantores ícones da cultura maranhense como Djalma Chaves, Nosly, Chico Saldanha, Josias Sobrinho, Gerude, Alexandra Nicolas, Flavia Bittencourt, Chiquinha França entre outros, bem como reforma de espaços culturais de referência no estado como o Centro de Cultura Negra.

Projetos de Investimento Social Privado pelo programa Energia Social – Investimento de R\$ 2,6 milhões de reais para construção e reforma de instituições sociais em sete municípios maranhenses. Dentre os projetos estão: Centro Estadual de Referência em Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar da Rede Mandioca - CÁRITAS BRASILEIRA em São Luís, Associação das Quebradeiras de Coco Babaçu São José dos Brasilios – Centro de Beneficiamento do Babaçu em São José dos Brasilios, Centro Educacional Eurípedes Barsanulfo – CEEB em Santa Inês, Formação Sócio-Transformadora em Balsas, Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán (CDVDH/CB) em Açailândia, Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Babaçu em Codó, Sociedade de São Vicente de Paulo/Conselho Central em Caxias/MA.

Com a Caravana da Economia Cemar, a Companhia vem trocando geladeiras velhas por geladeiras novas mais eficientes em vários municípios do Maranhão. A Cemar desde o início do Programa, em 2007, já trocou mais de 41 mil geladeiras beneficiando mais de 70 mil clientes em todo Maranhão, além de promover ações educativas em vários municípios. A Cemar aproveita o momento e também distribui lâmpadas, foram cerca 300mil lâmpadas econômicas.

Com o ECOCEMAR a Companhia deu início a um programa de troca de resíduos recicláveis por bônus na conta de energia. Com isso, a Cemar além de gerar renda para o pagamento das contas de energia, está também incentivando a preservação do meio ambiente por meio da educação e atitude sustentável. Cerca de 3 mil toneladas de resíduos recicláveis foram coletados desde o início do Programa ECOCEMAR até hoje e, mais de 27 mil clientes cadastrados. O projeto em São Luis conta com 16 pontos de coleta.

Celpa

Comunidade

Levar energia a um estado de grandes dimensões como o Pará, por si só, é um grande desafio. Mas a atuação da Celpa vai além de fornecer energia elétrica. A empresa busca contribuir com o desenvolvimento econômico, tecnológico e social do estado. A transformação não ocorre apenas pelos serviços prestados, mas também pela atuação pautada no compromisso social de desenvolver ações que estimulem à geração de renda, o aprendizado, a cidadania e a preservação do meio ambiente para promover melhorias nas condições de vida dos paraenses. Para fomentar a sustentabilidade, a Celpa investe em iniciativas e projetos socioambientais que contribuem com o desenvolvimento dos municípios paraenses.

Benefícios para a Comunidade

Arrecadação de Recursos para Organizações Sociais.

A conta de luz é utilizada como meio de aumentar a receita de entidades de assistência social, como UNICEF, Federação das APAES e outras com o mesmo fim. Ao optar por essa contribuição, o cliente poderá fazer sua doação por meio da fatura de energia. Os recursos arrecadados são aplicados em ações para melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes de todo o estado.

Projeto Energia na Comunidade

Para estar cada vez mais próxima de seus clientes, a Celpa promove projetos como este, que permitem estreitar o relacionamento e criar condições para melhor atendê-los. Pelo projeto, a empresa também fomenta o diálogo sustentável com a comunidade, tendo como objetivo principal formar uma consciência sobre o uso seguro e sustentável da energia elétrica, de modo a estimular hábitos mais econômicos e eficientes desse serviço essencial. Por meio do Energia na Comunidade, a unidade móvel da empresa realiza atendimento, levando ao bairro do cliente serviços como segunda via negociação de débito, troca de titularidade e cadastro na tarifa social de energia elétrica, por meio de um contato personalizado e aproximativo.

Projeto ABC da Energia

Tendo em vista a necessidade do uso adequado da energia elétrica como medida de segurança e principalmente como forma de redução do consumo desnecessário, trazendo mais benefícios para o consumidor, a Celpa percebeu a importância de realizar ações dentro do ambiente escolar no intuito de preparar as crianças, outros cidadãos, para o uso consciente desse recurso tão fundamental na

sociedade contemporânea. Em 2014 a empresa ampliou o Projeto ABC da Energia levando para as escolas públicas do Pará informações sobre o uso seguro e racional da energia elétrica, promovendo a conscientização ecológica nos alunos, por meio de palestras e concurso de redação, para que os mesmos atuem como agentes multiplicadores na disseminação desses conhecimentos, tanto no âmbito de suas famílias, como na comunidade em que vivem.

Projeto Solte Pipa com Segurança

A brincadeira de soltar pipa é uma das mais comuns no Pará, especialmente na Região Metropolitana de Belém. Tão importante quanto brincar, é fazer isso com segurança. Assim, a Celpa levou o “Projeto Solte Pipa com Segurança” às escolas públicas da capital paraense. Por meio de palestras educativas, uma equipe da empresa fez o alerta e mostrou como é possível se divertir, mas sem acidentes. Além das ações nas escolas, a Celpa também desenvolveu um trabalho de conscientização voltado à população em geral, por meio da imprensa, com entrevistas nas quais as dicas de segurança foram repassadas.

Leilão Solidário

Ética é um dos valores da cultura organizacional da Celpa e o Leilão Solidário é uma iniciativa que demonstra essa postura adotada pela empresa. No evento realizado em 2014 os brindes recebidos pelos colaboradores foram leiloados internamente. Por meio do Leilão Solidário a Celpa R\$1.516,00 na ação, que beneficiou o Centro Social Sagrada Família, instituição que atende jovens em situação de vulnerabilidade social.

Projeto Arte com Segurança

Realizar o grafite nos muros das Subestações da Celpa, valorizando a arte e incentivando a inclusão social dos adolescente e jovens das comunidades. Abordando temas importantes para a sociedade como reciclagem, uso consciente e seguro da energia elétrica, trocando os muros brancos e poluídos com pichações por cenários bem cuidados, recheados de mensagens educativas e de conscientização ambiental.

08. Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Líquida

Em relação à Receita Líquida, o total registrado no ano foi de R\$ 6.773 milhões, 43,7% superior à obtida no ano anterior. O crescimento decorre principalmente:

- a) Contabilização dos ativos regulatórios líquidos a partir de 2014;
- b) Do crescimento de volume de energia vendida na Cemar, de 7,9% e na CELPA, de 11,7%;
- c) Do crescimento nos custos de construção de ambas as controladas.

Custos e Despesas Operacionais

No ano de 2014, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, e desconsiderando o Custo de Construção, foi de R\$ 4.234 milhões, equivalentes a 62% da receita líquida.

EBITDA

Em 2014, o EBITDA atingiu R\$ 1.299 milhões, sendo mais do que 2 vezes maior do que os R\$586 milhões registrados no ano anterior, principalmente em virtude da contabilização dos ativos regulatórios líquidos apenas em 2014.

Resultado Financeiro

Em 2014, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$270 milhões, o que representa um aumento de 23% em relação ao registrado no ano anterior.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2013, de maneira agregada, reconhecemos o pagamento de R\$9 milhões em IRPJ e CSLL, ao passo que em 2014, registramos crédito fiscal líquido, principalmente em função de reconhecimento e utilização de ativo fiscal decorrente de prejuízos de exercícios anteriores no valor de R\$162 milhões.

Lucro Líquido

Em 2014, a Companhia alcançou Lucro Líquido (LL) de R\$578 milhões, ante R\$ 69 milhões apresentados no ano anterior. Tal crescimento é principalmente explicado pelo reconhecimento de ativos regulatórios líquidos nos resultados de Celpa e Cemar em 2014.

Endividamento

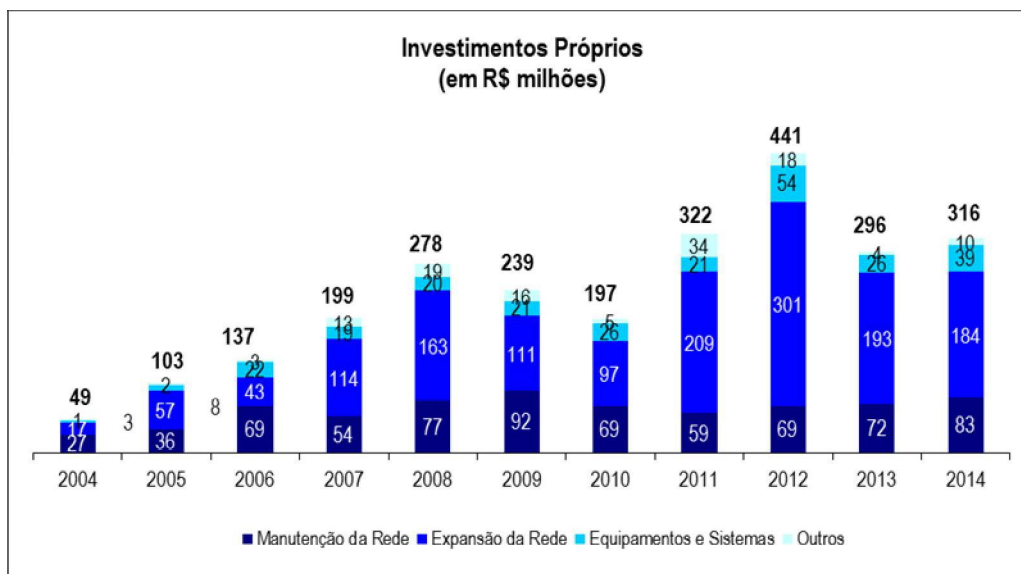
A dívida líquida consolidada, ao final de 2014, considerando as disponibilidades e os ativos regulatórios líquidos, atingiu o montante de R\$1.543 milhões, aumento de 29,7% em relação ao fechamento de 2013. Em termos de múltiplo dívida líquida / EBITDA, esta relação caiu para 1,4 vezes.

09. Investimentos

Cemar

Investimentos Próprios

Em 2014, os investimentos da Cemar, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$ 316 milhões, direcionados principalmente a manutenção e expansão da rede de distribuição de energia.



Investimentos no Programa Luz Para Todos

Ao final de 2014, foi alcançada a marca de 329 mil consumidores ligados à rede de distribuição de energia elétrica da Cemar por meio do Programa Luz Para Todos, o que beneficia diretamente mais de 2,0 milhões de habitantes.

O investimento direto no programa, que inclui gastos com materiais, serviços de terceiros e frete de materiais foi de R\$ 72 milhões, sendo que o investimento acumulado desde o início do programa totaliza R\$ 1.514 milhões.



Celipa

R\$ - mil	2014	2013	Var%
Manutenção da Rede	85.152	64.397	32,23%
Expansão e Melhoria da Rede	439.737	225.778	94,77%
Equipamentos e Sistemas	59.066	12.600	368,77%
Proj Espec - (Sub-rogação CCC)	33.890	22.971	47,54%
Universalização	80.808	10.627	660,43%
Outros Investimentos		24.820	-100,00%

PLPT - PROGRAMA LUZ PARA TODOS	220.467	59.412	271,08%
TOTAL	919.121	420.604	118,52%

PROGRAMA LUZ PARA TODOS ("LPT") e PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO: em 2014, a companhia investiu R\$ 220,4 milhões. A principal característica desses Programas é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estado e Fonte Própria.

INTERLIGAÇÃO DA ILHA DE MARAJÓ: esse projeto prevê a interligação do Sistema Isolado da Ilha de Marajó ao Sistema Interligado Nacional, através da extensão da rede elétrica de Tucuruí até a Ilha de Marajó. Em 2014, a CELPA investiu R\$ 33,8 milhões, com recursos provenientes da sub-rogação CCC.

EXPANSÃO e MELHORIAS NO SISTEMA são investimentos vegetativos, feitos com caixa próprios, destinados a manutenção, ampliação e melhorias no sistema elétrico. Esses investimentos totalizaram R\$ 399,6 milhões em 2014.

Dos R\$ 919,1 milhões investidos em 2014, R\$ 254,3 milhões referem-se a programas subsidiados pelo governo e R\$ 664,7 milhões referem-se a investimentos com recursos próprios.

10. Governança Corporativa

Listada no Novo Mercado, mais alto nível de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), a Equatorial é uma Companhia comprometida com as melhores práticas de governança corporativa e com a transparência na relação com seus investidores e acionistas.

Diferenciais de governança corporativa:

- 100% de *tag along* aos acionistas minoritários;
- Manutenção de dois membros independentes no Conselho de Administração (total de sete integrantes);
- 75% do capital total como *free float*, muito acima do mínimo de 25% requerido pelos padrões do Novo Mercado;
- Obrigação de oferta de compra pelo valor econômico em caso de encerramento de listagem ou de fechamento de capital;
- Divulgação de operações com títulos da companhia envolvendo acionistas controladores ou administradores;
- Adesão à Câmara de Arbitragem para resolução de conflitos;
- Adoção de um Código de Ética e Conduta Empresarial;
- Manutenção de Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Títulos por Pessoas Relacionadas.
- Publicação trimestral, juntamente com os ITRs, da Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Divulgação de demonstrações financeiras com padrões internacionais IFRS ou US GAAP.
- Realização de reuniões públicas com analistas e investidores, ao menos uma vez por ano.

De acordo com o Contrato de Adesão ao Novo Mercado firmado com a Bovespa, o Estatuto da Companhia prevê a utilização de Câmara de Arbitragem para resolução de conflitos.

Conselho de Administração
Alessandro Monteiro Morgado Horta
Eduardo Saggioro
Carlos Augusto Leone Piani
Celso Fernandez Quintella
Firmino Ferreira Sampaio Neto
Gilberto Sayão da Silva
Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Conselho Fiscal
Felipe Sousa Bittencourt
Paulo Roberto Franceschi
Sergio Passos Ribeiro

Diretoria Executiva
Ana Marta Horta Veloso
Diretora

Eduardo Haiama
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Firmino Ferreira Sampaio Neto
Diretor Presidente

Tinn Freire Amado
Diretor

Felipe Oppenheimer Pitanga Borges
Diretor

Luiz Otávio Bianchini Laydner
Diretor

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor

Relacionamento com Auditores Externos

Em atendimento à instrução CVM 381/03, informamos que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Firmino Ferreira Sampaio Neto, Diretor-Presidente; Eduardo Haiama, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Ana Marta Horta Veloso, Tinn Freire Amado, Felipe Oppenheimer Pitanga Borges, Luiz Otávio Bianchini Laydner e Augusto Miranda da Paz Júnior, diretores sem designação específica, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no parecer emitido em 12 de fevereiro de 2015 pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **EQUATORIAL ENERGIA S.A.**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas que o acompanham, quais sejam, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, bem como as Notas Explicativas relacionadas, e o correspondente Relatório emitido pelos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Nossos exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análises e documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Desta forma, com base nos trabalhos e esclarecimentos prestados pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. e no seu relatório, emitido em 12 de fevereiro de 2015, sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acima mencionadas, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, estão adequadamente apresentadas e opina favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Luis, 12 de fevereiro de 2015.

Sérgio Passos Ribeiro

Felipe Sousa Bittencourt

Paulo Roberto Franceschi